



RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS FEVEREIRO/2023

IPMU/036/2023



Introdução

O **Relatório Mensal de Investimentos** do **Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU**, referente ao mês de **fevereiro de 2023** apresenta as operações dos ativos alocados em fundos de investimentos e aderência à Política de Investimentos e Meta Atuarial para o exercício de 2023.

O Relatório tem por finalidade demonstrar o cenário econômico, as informações relevantes sobre os investimentos e apresentar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do IPMU no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão e a diligência dos produtos que compõem a carteira de investimentos do IPMU, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõe, os indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos, levando em consideração o cenário econômico do período de referência.

2- Legislação

A Gestão dos Investimentos do **Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU** é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito do Regime Próprio de Previdência:

- Resolução Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituído pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Portaria 419/2002, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social, delegando o credenciamento e outras disposições;
- Portaria 519/2011, da Secretaria de Previdência Social, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e altera redação da Portaria MPS 204/2008 e da Portaria MPS 402/2008;
- Portaria 185/2015, da Secretaria de Previdência Social, que institui o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró-Gestão RPPS";
- Política Anual de Investimentos - PAI 2023.

3- Certificação Institucional RPPS

O Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU realizou a "ADESÃO ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Pró-Gestão RPPS", em 04 de abril de 2018. Em **31/10/2018 o IPMU foi certificado no Nível I e em 16/06/2021 alcançou o Nível III.**

O Pró Gestão RPPS é um programa de certificação que visa ao reconhecimento das boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS. É a avaliação por entidade certificadora externa, credenciada pela Secretaria de Previdência - SPREV, do sistema de gestão existente, com a finalidade de identificar sua conformidade às exigências contidas nas diretrizes de cada uma das ações, nos respectivos níveis de aderência.



CERTIFICADO DE CONFORMIDADE

A FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI
certifica que o RPPS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBATUBA – IPMU
Rua Paraná, 408 – Ubatuba – SP – Brasil

vinculado ao ente federativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBATUBA

implementou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no

Nível I

por meio de auditoria realizada pela Fundação Vanzolini, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3/2018.

Este certificado é válido até: 30 de Outubro de 2021

Número do certificado: RPPS-0002-2018

São Paulo, 31 de Outubro de 2018.


FUNDAÇÃO CARLOS ALBERTO VANZOLINI
Rua Camborui, 359
Alto da Lapa - São Paulo - SP - Brasil

A validade deste documento poderá ser confirmada em:
<http://www.vanzolinicert.org.br/validade/>

M06494



F 188X/09

IPMU/AL/2018/REGISTRO/002

CERTIFICADO

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil
certifica que a empresa:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UBATUBA –
IPMU

Endereço: Rua Paraná, nº. 408, Centro, CEP: 11.680-000

Vinculado ao ente federativo do
Município de Ubatuba

Implantou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 185/2015, obtendo a certificação institucional no

Nível III

por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS, aprovado pela Portaria SPREV nº 3.030/2021.

Validade do Certificado: 05/05/2024
Certificado Nº - CPG: 90/2021


Goiânia, 16 de junho de 2021
Av. Araguaia, nº 1644, Ed. Albano Franco,
Sl. Leste Vila Nova - Goiânia - GO - CEP 74848-070



4- Cenário Macroeconômico

No mercado internacional, o destaque ficou por conta das decisões de política monetária de alguns bancos centrais. Na esteira de dados melhores de atividade e resiliência da inflação de serviços ao redor do mundo, os bancos centrais da Austrália, da Suécia e do México mostraram um tom mais duro em seus comunicados, sinalizando a continuidade da política monetária restritiva nos próximos trimestres.

Sinalização da maioria dos bancos centrais é de que ciclo de elevação de juros se estenderá ainda nos meses à frente, dado o comportamento da inflação. Em diversas decisões de política monetária e discursos de autoridades, a mensagem é de que a desinflação, especialmente de serviços, ainda deve levar tempo, exigindo apertos adicionais dos juros. O Banco Central Europeu afirmou que a queda da inflação na região observada até agora foi explicada apenas pela redução dos preços de energia. Adicionalmente, os bancos centrais da Austrália e da Suécia anunciaram altas de 0,25 p.p. e 0,50 p.p., chegando a 3,35% e 3,00% a.a., respectivamente, e sinalizando que ciclo de aperto ainda não acabou. Ainda nos desenvolvidos, os membros do Fed reforçaram a mensagem de necessidade de novas altas, com mais duas altas de 0,25 p.p como cenário base e, em caso de não desaceleração da inflação de serviços e enfraquecimento do mercado de trabalho, altas adicionais podem ser necessárias. Nos emergentes, destaque para o Banco Central do México que surpreendeu o mercado, em uma decisão unânime, com elevação de 0,50 p.p, ante expectativa de 0,25 p.p., levando os juros para 11,0% ao ano. No comunicado, sinalizou que deverá manter o ciclo de aumento de juros, mas com redução do ritmo de alta.

Economia e inflação europeia têm se mostrado mais resilientes, reforçando que juros continuarão subindo na região. A prévia do índice PMI, considerando o setor de serviços e industrial, avançou de 50,3 para 52,3 pontos entre janeiro e fevereiro, superando as estimativas do mercado. Na mesma direção outras sondagens indicaram melhora das expectativas, em resposta ao balanço energético mais equilibrado, em grande medida, influenciado pelas condições climáticas mais favoráveis. Com isso, os preços de gás natural e os demais custos relacionados têm arrefecido. Ainda assim, as pressões inflacionárias seguem elevadas e agora concentradas especialmente nos itens mais ligados à demanda. Dessa forma, em função da queda significativa dos riscos de uma recessão da economia europeia e do nível elevado da inflação corrente, a sinalização de diversos membros do Banco Central Europeu é de que os riscos seguem assimétricos para juros mais altos, compatível com pelo menos mais 1,0 pp de elevação nos próximos meses.

Evolução global mais favorável, mas cautelosa permanece, especialmente por conta dos países desenvolvidos. Os últimos meses trouxeram informações mais favoráveis para o cenário internacional, provocando ajuste para cima nas projeções de crescimento global e redução do risco de cenários mais negativos; destaque para a flexibilização da política sanitária na China, a melhora nas condições do mercado energético europeu e a inflação mais próxima do esperado nos EUA. No entanto, permanece uma leitura cautelosa do cenário global, considerando que ainda resta um ajuste importante pela frente, especialmente nos países desenvolvidos.

Os resultados recentes de inflação em diversos países têm reforçado que percorrer a “última milha” da desinflação global será um processo lento e custoso. De forma razoavelmente difusa, um conjunto grande de países revela surpresa de alta nos índices de preços ao consumidor neste início de ano. As expectativas de inflação também têm subido. Por trás dessas surpresas recentes analistas apontam dois fatores comuns: a estabilização da inflação de bens, interrompendo a trajetória descendente do segundo semestre (no caso dos EUA, houve mesmo inflação acima do normal nesse segmento); e a inércia elevada na inflação de serviços. O desempenho da atividade também tem superado as expectativas, em oposição ao movimento esperado de desaquecimento que seria o usual frente ao aperto monetário realizado na maior parte dos países.

A reversão da piora dos números de atividade, somada a revisões altistas nos dados de inflação americana, enterraram a narrativa que preponderou no final do ano passado, de que a convergência da inflação para 2% ocorreria sem uma recessão. Na Europa, a inflação também seguiu pressionada, alimentando o debate de uma taxa de juro terminal mais alta nos EUA e Europa. No Brasil, a pressão para a queda de juro segue tanto pelo lado da ala política, quanto pela Fazenda, que anunciou a reoneração parcial dos combustíveis como moeda de troca para uma possível reversão do ciclo de aperto monetário por parte do Banco Central.



Sinais mais favoráveis
para a economia global
nos últimos meses.



Mas leitura para o
cenário externo ainda
é de cautela.



Trajetória de
desaceleração da
atividade e inflação
segue em curso.



Atenção para as
**definições sobre a
política econômica.**

Monitoramento do Mercado



No exterior: mercado de trabalho, inflação e ações do Fed nos EUA, próximas decisões do ECB na Zona do Euro, retomada da atividade na China, além do ambiente geopolítico. No Brasil: definições de política econômica, indicadores de atividade e inflação e comunicação do Banco Central.

Fatos Que Marcaram Os Mercados No Mês

| | Renda Fixa | Câmbio | Bolsa |
|--|------------|--------|-------|
| Ataques do presidente da República ao presidente do BC e questionamentos sobre a política monetária pressionaram os juros. | ↓ | → | → |
| Payroll muito acima das expectativas nos EUA. | ↓ | ↓ | ↓ |
| O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a antecipação do envio da proposta de novo arcabouço fiscal para março. | ↑ | ↑ | ↑ |
| Core PCE (índice de inflação acompanhado pelo Fed) muito acima das expectativas. | ↓ | ↓ | ↓ |



Nos EUA, a ata da reunião de fevereiro, na qual o Fed elevou a taxa de juros em 25 pb, para o intervalo entre 4,5% e 4,75% a.a., revelou visão consensual a respeito da dinâmica pressionada da inflação e do mercado de trabalho muito apertado. Embora reconheçam que o efeito do aperto monetário já impacte os setores mais sensíveis ao ciclo monetário, os membros avaliam que o cenário base ainda contempla um excesso de demanda por trabalhadores, com pressão elevada sobre os salários. Sobre a inflação, os membros mantêm a visão de um patamar inaceitavelmente alto, embora reconheçam que as pressões de curto prazo apresentem algum arrefecimento. Ainda assim, os riscos de alta prevalecem para a inflação. A respeito da evolução da atividade, a expectativa é de crescimento abaixo do potencial, com viés de baixa em relação ao cenário base. Dessa forma, quase todos os membros avaliaram que a desaceleração do ritmo de aperto permitirá uma melhor avaliação sobre a extensão do ciclo do aperto de juros. Essa leitura não foi unânime, pois alguns poucos membros consideraram a manutenção do aumento no ritmo de 50 pb, justificada pela necessidade de realizar um aperto mais rápido das condições financeiras.

A economia vem mostrando resiliência, enquanto a desaceleração da inflação em curso deverá seguir de maneira gradual, com o CPI mantendo-se acima da meta ao longo do ano. Assim, espera-se a manutenção da postura firme do Fed nos próximos trimestres, elevando adicionalmente os juros e então mantendo-os estáveis por tempo adequado. Esse movimento deverá provocar o desaquecimento da atividade necessário para levar a inflação para patamares mais próximos da meta.



Na Zona do Euro, **o desempenho da economia é fraco, mas melhor do que previsto anteriormente;** isso reflete a melhor adaptação da região à crise no mercado energético que, por sua vez, vem apresentando condições menos desfavoráveis do que se temia. A inflação se mantém elevada e provoca desconforto. Neste ambiente, é previsto que o Banco Central Europeu continue subindo os juros nas suas próximas reuniões. O firme aperto monetário reforça a perspectiva de uma atividade fraca ao longo do ano, condição importante para uma desaceleração consistente da inflação.

O Banco Central Europeu (BCE) avançou no processo de normalização da política monetária, anunciando uma alta de 50 pb da taxa de juros. Com isso, a taxa de juro aplicável às operações de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de liquidez e de depósito subiram. Segundo comunicado da decisão, o BCE pretende elevar as taxas de juros em mais 50 pb em sua próxima reunião, em março. Na coletiva de imprensa, a presidente da instituição, Christine Lagarde, reconheceu que os riscos para inflação e atividade se mostram mais balanceados neste momento. Ainda assim, entendem que novas elevações dos juros são necessárias.



A atividade chinesa seguiu na trajetória de recuperação após a flexibilização das medidas sanitárias do Covid-19. A notícia já havia provocado uma revisão relevante para cima nas projeções de crescimento; as informações desde então sugerem que o pior momento da dinâmica de casos de Covid-19 foi superado e que a atividade vem reagindo até melhor do que a expectativa inicial. Isso reforça a percepção mais favorável para a economia da China.

Perspectivas para a economia chinesa neste ano dependem da evolução do setor imobiliário. Ainda que o fim da política de covid zero, ocorrido no final do ano passado, garanta retomada favorável do consumo das famílias, há muitas incertezas sobre a reação da atividade ligada do setor proprietário residencial, que também tem tido suas políticas aliviadas nos últimos meses. Dessa forma, destaca-se o indicador de preços de imóveis residenciais. Em janeiro, houve leve alta na margem e considerando uma amostra de 70 cidades, observa-se elevação dos preços em 36 dessas, revertendo a tendência dos últimos meses. Ainda que esse seja um sinal de retomada do setor, as vendas de imóveis, em janeiro e fevereiro, seguiram fracas, mantendo nossa cautela para a economia do país neste ano, compatível com a expectativa de crescimento do PIB de 5,5%.

A reabertura da China é o outro grande tema deste início de ano. Os sinais seguem sendo de aceleração da atividade econômica após o fim da política de “Covid Zero” no final do ano passado. Até o momento, a elevação da demanda tem sido voltada principalmente para setores domésticos, sem resultar em choques de preços de commodities. A reabertura da economia chinesa também deslocou os preços de commodities metálicas para cima desde o final do ano passado, mas sem apresentar sinais de novas pressões no período mais recente.

5- Cenário Doméstico

| Brasil

Desaceleração de atividade e inflação segue em curso, mas debate sobre política econômica exige cautela. Os números de atividade e inflação continuam em trajetória de desaceleração no Brasil. Do lado da atividade, o PIB do quarto trimestre de 2022 mostrou leve queda de -0,2% após desacelerar para 0,3% no terceiro trimestre, depois de uma performance mais robusta da economia no primeiro semestre. Neste início do ano, exceto pelo desempenho mais forte esperado para o setor agro, a visão é de uma economia mantendo essa dinâmica mais fraca, refletindo a política monetária mais restritiva.

Da ótica da inflação, notamos uma trajetória consistente de melhora, tanto pelo comportamento dos preços de bens e serviços como pelas diferentes medidas de núcleo. Isso reforça uma perspectiva de queda do IPCA à frente, ainda que a projeção para a inflação acumulada em 2023 (6,2%) não seja tão diferente do número de 2022, principalmente pelo efeito da tributação sobre combustíveis. O processo de desinflação também tem enfrentado uma fase mais difícil. Os núcleos de inflação confirmaram as projeções que apontavam manutenção de patamares ainda elevados em relação à meta. Analistas seguem projetando que haverá uma pausa do processo de desinflação nos próximos meses, com inflexão mais evidente no segundo semestre. O motivo é que, ao longo do tempo, a inércia inflacionária tenderá a perder força e a desaceleração da atividade deverá gradualmente resultar em abertura do chamado hiato do produto (reduzir as pressões de demanda). As expectativas de inflação compiladas pelo Banco Central (Relatório Focus) vêm apresentando alta, ficando acima das metas para todo o horizonte da pesquisa. Nesse contexto, analistas continuam esperando a manutenção dos juros básicos em patamares restritivos por mais tempo, com a projeção de Selic estável ao longo de 2023 e o ciclo de redução dos juros tendo início em 2024.

As incertezas relacionadas às decisões de política econômica permanecem. De um lado, já se tem contratada uma política fiscal mais expansionista após a aprovação da PEC da Transição, enquanto aguardamos mais informações sobre a proposta de arcabouço para as regras fiscais. De outro, as notícias neste início de ano colocaram em destaque a condução da política monetária, principalmente pela possibilidade de alteração nas metas de inflação.

A economia brasileira encerrou o ano passado com crescimento puxado pelo comércio e setor de serviços. O indicador de atividade do Banco Central registrou alta de 0,29% na margem em dezembro de 2022, revertendo quatro quedas consecutivas. O resultado foi superior às expectativas do mercado (0,1%). O comportamento da

atividade econômica tem se mostrado em linha com o que seria esperado em decorrência do ciclo da política monetária. O resultado do PIB do 4º trimestre mostrou continuidade da desaceleração observada desde meados do ano passado. Houve moderação na expansão do consumo das famílias, enquanto o investimento apresentou contração em relação ao trimestre anterior. Os indicadores do mercado de trabalho também reforçam a tendência de desaceleração, o que pode ser notado na moderação da criação de vagas formais e, a medida ampla de ocupados do IBGE (PNAD) tem registrado queda do nível de ocupação nos últimos meses.

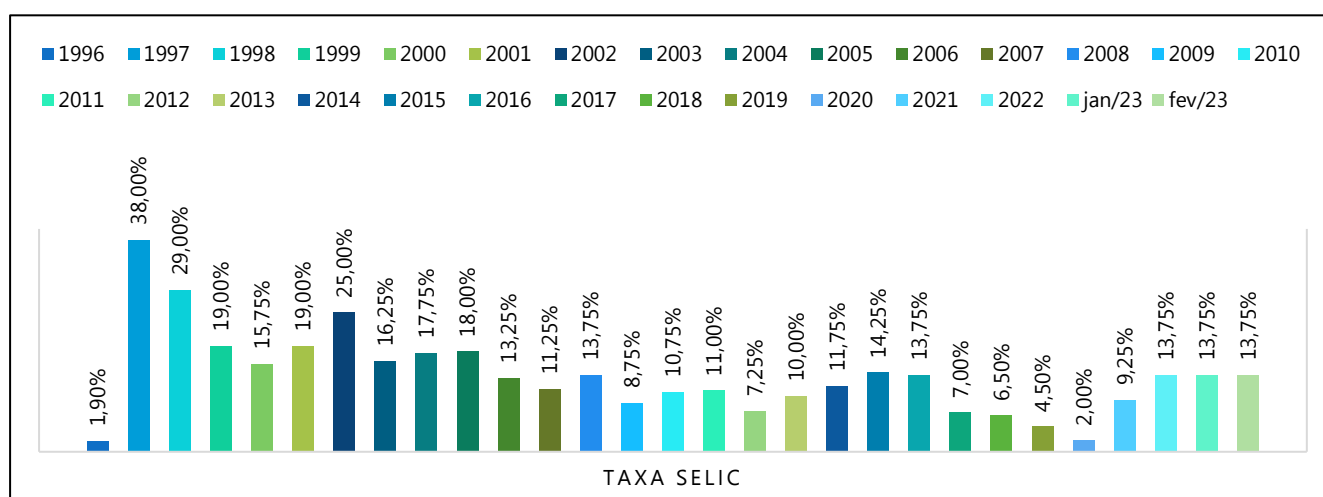
Em relação à política fiscal, o comportamento recente da arrecadação e as medidas adotadas do lado das receitas resultaram em ligeira elevação das projeções para o resultado primário do ano. O próximo mês deverá marcar a divulgação da proposta para as novas regras fiscais e um plano fiscal de médio prazo. Analistas avaliam que a proposta contribuirá para trazer previsibilidade para as expectativas de médio prazo da trajetória do resultado primário. De outro lado, a perspectiva de gradual elevação da relação dívida/PIB deverá se manter por mais alguns anos.

5.1- Taxa Básica de Juros

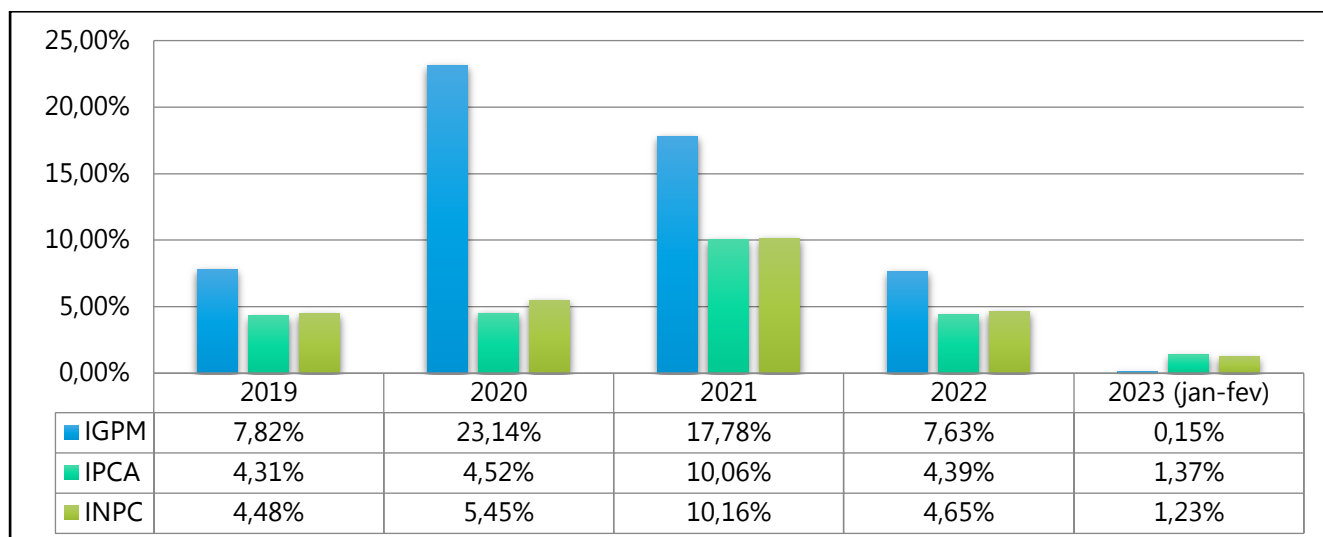
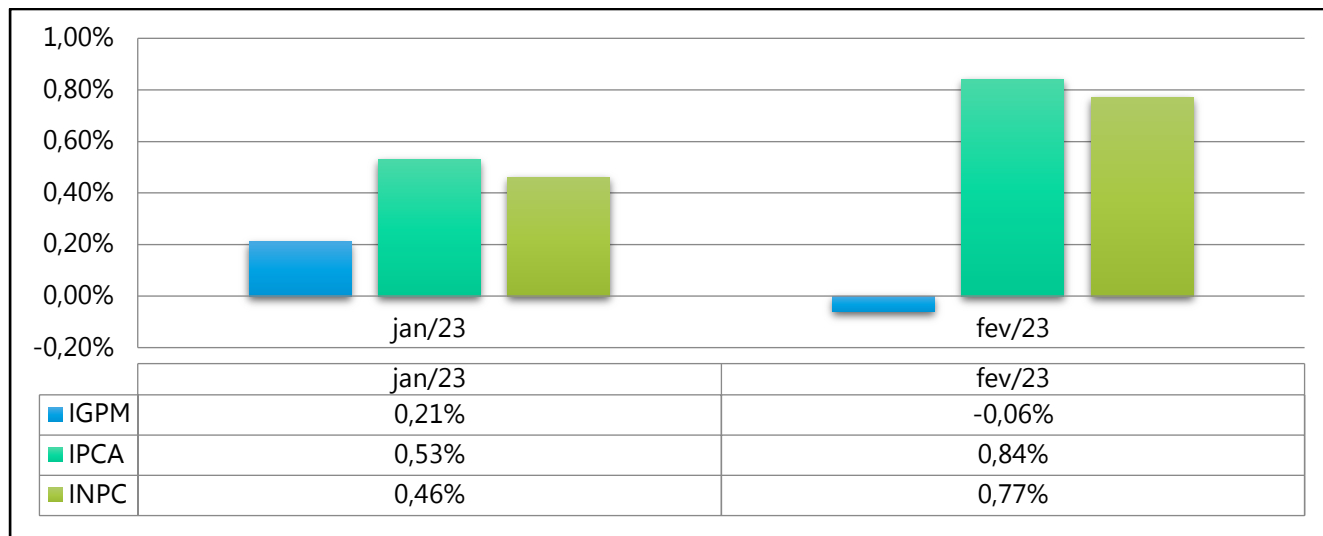


O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 13,75% a.a. conforme esperado pelo mercado. O comunicado permaneceu austero, também em linha com o esperado, sinalizando a manutenção da taxa de juros no atual patamar por período suficientemente prolongado para assegurar a convergência da inflação para a meta.

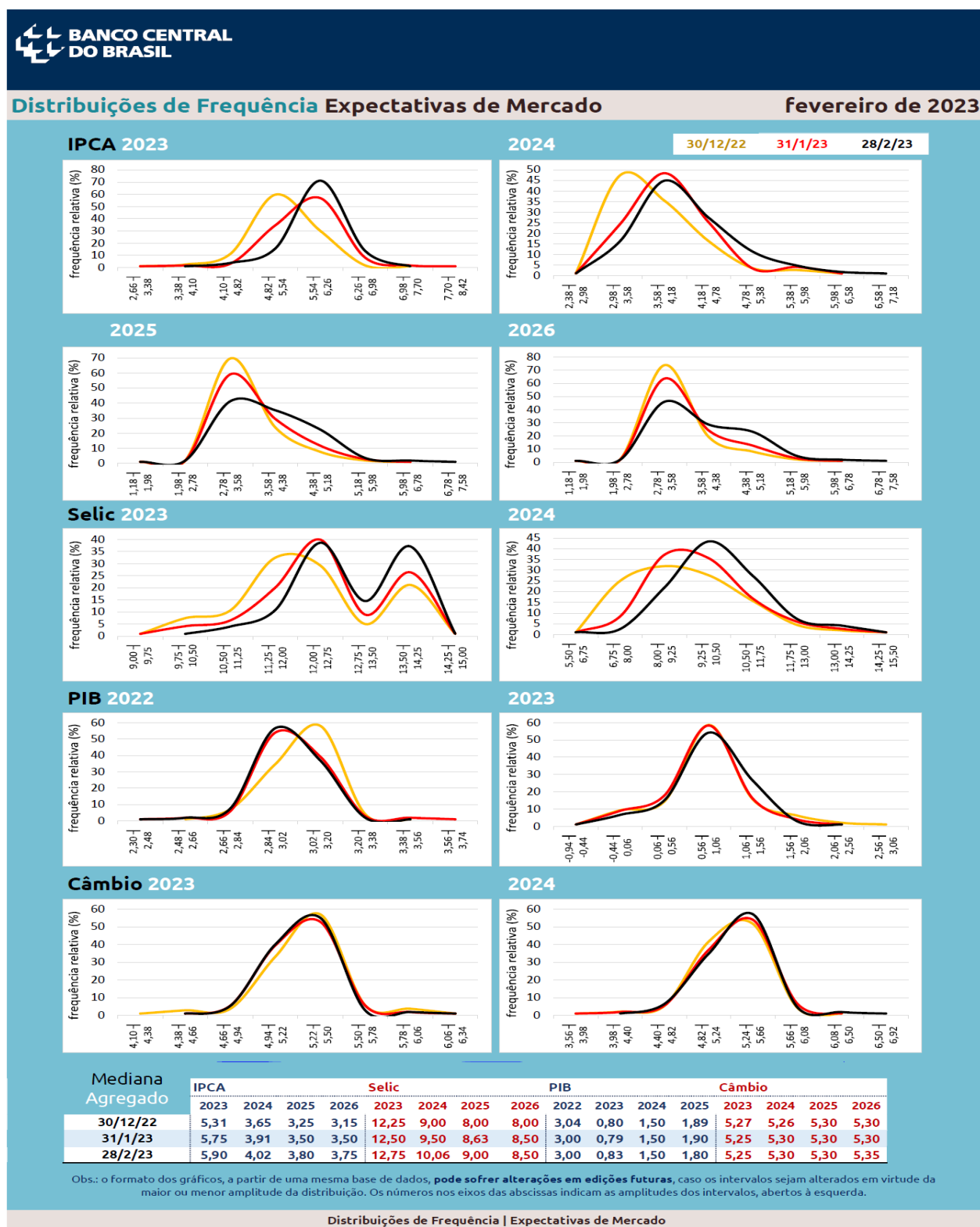
Em seu comunicado, do lado dos fatores de riscos altistas para a inflação local, o Banco Central manteve a preocupação com as pressões inflacionárias globais, possíveis estímulos fiscais domésticos adicionais e um hiato do produto mais apertado que o utilizado pelo comitê, principalmente no mercado de trabalho. Além disso, o Copom enfatizou que acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação. Por outro lado, entre os riscos de baixa, o texto ressalta a queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local, da desaceleração da atividade global mais acentuada do que a projetada e da manutenção dos cortes de impostos projetados para serem revertidos em 2023. Diante das projeções e dos riscos analisados, o Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75%, avaliando que a manutenção da taxa de juros nesse patamar por um período mais prolongado que o cenário de referência será capaz de assegurar a convergência da inflação. Ao mesmo tempo, o Comitê destacou que a conjuntura atual de incerteza no âmbito fiscal e com as expectativas de inflação exibindo deterioração em prazos mais logos desde a última reunião, elevam o custo da desinflação necessária para atingir as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.



5.2- Inflação

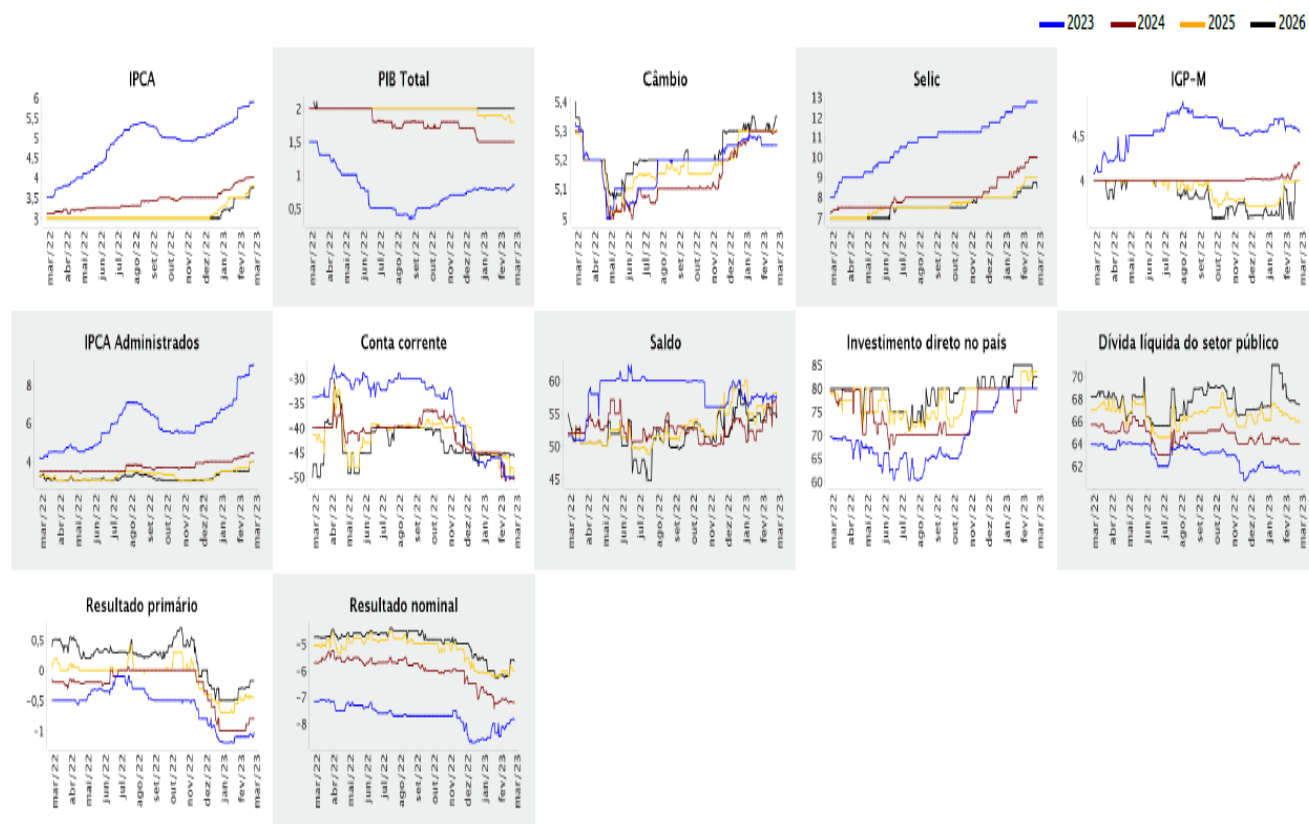


5.3- Relatório de Mercado



| Mediana - Agregado | 2023 | | | | | | 2024 | | | | | | 2025 | | | | | | 2026 | | | | | |
|--|--------------|-------------|--------|-----------------|----------|------------------|--------------|-------------|--------|-----------------|----------|------------------|--------------|-------------|--------|-----------------|----------|------------------|--------------|-------------|--------|-----------------|----------|------------------|
| | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal * | Resp. ** | 5 dias úteis *** | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal * | Resp. ** | 5 dias úteis *** | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal * | Resp. ** | 5 dias úteis *** | Há 4 semanas | Há 1 semana | Hoje | Comp. semanal * | Resp. ** | 5 dias úteis *** |
| IPCA (variação %) | 5,74 | 5,89 | 5,90 | ▲ (11) | 147 | 5,93 | 107 | 3,90 | 4,02 | 4,02 | = (1) | 139 | 4,05 | 102 | 3,50 | 3,78 | 3,80 | ▲ (3) | 119 | 3,50 | 3,70 | 3,75 | ▲ (2) | 111 |
| PIB Total (variação % sobre ano anterior) | 0,80 | 0,80 | 0,84 | ▲ (2) | 109 | 0,90 | 76 | 1,50 | 1,50 | 1,50 | = (9) | 93 | 1,50 | 65 | 1,89 | 1,80 | 1,80 | = (1) | 76 | 2,00 | 2,00 | 2,00 | = (50) | 74 |
| Câmbio (R\$/US\$) | 5,25 | 5,25 | 5,25 | = (4) | 115 | 5,25 | 80 | 5,30 | 5,29 | 5,30 | ▲ (1) | 111 | 5,30 | 76 | 5,30 | 5,30 | 5,30 | = (10) | 81 | 5,30 | 5,30 | 5,35 | ▲ (1) | 77 |
| Selic (% aa) | 12,50 | 12,75 | 12,75 | = (2) | 135 | 13,00 | 81 | 9,50 | 10,00 | 10,00 | = (2) | 132 | 10,25 | 79 | 8,50 | 9,00 | 9,00 | = (3) | 108 | 8,50 | 8,75 | 8,50 | ▼ (1) | 101 |
| IGP-M (variação %) | 4,67 | 4,58 | 4,54 | ▼ (2) | 76 | 4,47 | 56 | 4,03 | 4,14 | 4,17 | ▲ (2) | 64 | 4,06 | 49 | 3,99 | 4,00 | 4,00 | = (1) | 55 | 3,95 | 4,00 | 4,00 | = (1) | 51 |
| IPCA Administrados (variação %) | 8,39 | 9,01 | 9,04 | ▲ (13) | 94 | 9,20 | 75 | 4,20 | 4,39 | 4,43 | ▲ (6) | 78 | 4,54 | 64 | 3,67 | 3,94 | 4,00 | ▲ (2) | 51 | 3,50 | 3,96 | 4,00 | ▲ (2) | 48 |
| Conta corrente (US\$ bilhões) | -46,00 | -50,00 | -50,00 | = (2) | 29 | -50,00 | 18 | -45,00 | -50,25 | -50,25 | = (1) | 28 | -53,10 | 17 | -48,00 | -48,00 | -50,00 | ▼ (2) | 19 | -45,50 | -45,40 | -45,70 | ▼ (2) | 18 |
| Balança comercial (US\$ bilhões) | 57,60 | 57,85 | 57,35 | ▼ (1) | 28 | 56,01 | 19 | 52,40 | 56,75 | 54,50 | ▼ (1) | 26 | 56,00 | 17 | 56,20 | 57,90 | 58,05 | ▲ (3) | 16 | 53,80 | 55,00 | 54,40 | ▼ (2) | 16 |
| Investimento direto no país (US\$ bilhões) | 80,00 | 80,00 | 80,00 | = (9) | 26 | 80,00 | 16 | 80,00 | 80,00 | 80,00 | = (4) | 25 | 80,00 | 15 | 83,60 | 83,60 | 83,60 | = (1) | 17 | 85,00 | 82,50 | 82,50 | = (1) | 16 |
| Dívida líquida do setor público (% do PIB) | 61,40 | 61,50 | 61,23 | ▼ (1) | 26 | 60,95 | 15 | 64,39 | 64,00 | 64,00 | = (2) | 24 | 64,25 | 14 | 66,70 | 66,00 | 66,00 | = (1) | 18 | 69,26 | 67,65 | 67,47 | ▼ (6) | 16 |
| Resultado primário (% do PIB) | -1,10 | -1,05 | -1,03 | ▲ (2) | 39 | -1,00 | 23 | -1,00 | -0,80 | -0,80 | = (1) | 34 | -0,78 | 20 | -0,45 | -0,43 | -0,45 | ▼ (1) | 25 | -0,30 | -0,18 | -0,18 | = (1) | 22 |
| Resultado nominal (% do PIB) | -8,45 | -7,85 | -7,85 | = (1) | 26 | -7,60 | 16 | -7,15 | -7,17 | -7,20 | ▼ (3) | 24 | -7,11 | 14 | -6,20 | -5,80 | -6,00 | ▼ (1) | 17 | -6,19 | -5,60 | -5,64 | ▼ (1) | 14 |

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis



6- Aplicações Financeiras

Tivemos um mês de fevereiro bastante volátil tanto no âmbito nacional quanto internacional. No cenário internacional, apesar da sinalização pelos países desenvolvidos que estávamos chegando na etapa final dos ciclos de alta de juros, ao longo do mês, o payroll mais apertado, a atividade melhor e uma inflação mais forte manteve o viés de manutenção do ciclo de juros nas principais economias Globais, pelo menos ao longo de 2023. Já no nosso cenário doméstico tivemos uma forte volatilidade, causada principalmente pela continuidade das incertezas no âmbito fiscal e o ambiente externo mais desafiador. Por outro lado, os sinais da possibilidade de início de um ciclo de alívio monetário por aqui trouxeram fechamento nas curvas de juros.

Abaixo segue

No mês de fevereiro, o sentimento de aversão a risco aumentou nos mercados globais devido à resiliência da inflação e à expectativa de altas adicionais nos juros americanos. Nesse contexto, as Bolsas globais recuaram e o dólar ganhou força contra as moedas internacionais.

No Brasil, a curva de juros ficou mais inclinada, com queda da ponta mais curta e alta das taxas mais longas. O Ibovespa seguiu a tendência do exterior, fechando o mês com queda de magnitude ainda maior do que os índices internacionais. Por fim, no câmbio, o Real perdeu terreno frente ao dólar, em linha com a alta dos juros futuros americanos.

Apesar de o mês ter iniciado com a desaceleração do ritmo de alta dos Fed Funds (de 0,50% para 0,25%), fevereiro foi bem negativo para as taxas de juros globais, depois de um janeiro em que a sensação de fim de ciclo de aperto monetário nos EUA havia ganhado força. Dados mostrando um mercado de trabalho ainda bastante resiliente (nonfarm payroll indicando criação de 517 mil vagas contra consenso de 185 mil) e inflação idem (core PCE de janeiro em 0,6% contra consenso de 0,4%) fizeram com que o mercado voltasse a ler as declarações de diretores do Fed pelo seu lado hawkish, o que, a rigor, nunca deixaram de sê-lo. Na prática, a curva voltou para os níveis do fechamento de 2022 (como podemos observar no Gráfico 1), com exceção da parte mais curta, que subiu mais, indicando uma política monetária mais apertada. A curva, agora, embute elevação da taxa dos Fed Funds para 5,25%, contra 4,75% de um mês atrás, e fechando o ano neste mesmo patamar de 5,25%, contra 4,25% do fim de janeiro. Lembrando que hoje a taxa está em 4,50%.

Apesar dessa deterioração dos mercados, nossa avaliação é de que a inflação ao consumidor para bens básicos nos Estados Unidos está em tendência de baixa. Os preços dos alimentos e da energia, bem como os preços das residências em diversos países, também estão bem abaixo de suas máximas. Acreditamos que todos esses indicadores evidenciam que a inflação vem em um padrão descendente e, talvez mais importante, esteja próxima dos limites aceitáveis para o Fed. A inflação de serviços continua sendo um dado importante para observarmos, considerando que tem sido mais resiliente do que os outros componentes da inflação. Dito isso, estamos otimistas de que a inflação de serviços também tende a cair. No geral, nossa visão é de que o quadro da inflação seja de declínio. A queda da inflação permitirá ao Fed interromper seu ciclo de alta de juros e, esperamos, poderá evitar uma recessão profunda.

O S&P500, seguindo a piora generalizada dos ativos de risco, fechou em queda de 2,6%, depois de trabalhar em leve alta até a publicação do PCE de janeiro bem acima das expectativas.

No mês de fevereiro, novas notícias sobre empresas brasileiras passando por alguma dificuldade financeira vieram à tona. Primeiramente, vale destacar que essas são empresas que não possuem o perfil high grade e não são clássicas emissoras do mercado de capitais. Além disso, essas eram empresas que já estavam em uma posição delicada e às quais não possuímos nenhuma exposição em nossos fundos. De qualquer forma, entendemos que a necessidade atual de reestruturação por mais empresas é consequência do cenário macroeconômico atual, em que o nível de desaceleração da economia, com inflação alta, juros elevados e maior restrição de renda/endividamento da população vem se tornando mais evidente na estrutura de capital das companhias. Tal cenário impacta, principalmente, as despesas financeiras desembolsadas para pagamento de

juros, o que prejudica o fluxo de caixa e, conseqüentemente, eleva o nível de endividamento líquido e alavancagem dessas companhias. No entanto, diferentemente dos casos que ganharam relevância ao longo do último mês, o universo de crédito high grade, que engloba as maiores empresas do país, entrou no período de política monetária restritiva e cenário econômico negativo em níveis de alavancagem baixos (em mínimas históricas para o mercado de capitais brasileiro) e com liquidez e cronograma de pagamento de dívida confortáveis. Esse último ponto foi alcançado após um movimento importante de alongamento de prazos de vencimento ao longo de 2022, o que reduziu a necessidade de acessar o mercado de capitais e bancário no momento atual, em que o cenário de crédito vem se mostrando consideravelmente restritivo. Portanto, apesar do impacto dos juros já estar evidente nos balanços das companhias brasileiras, com despesas financeiras elevadas, elevação na dívida líquida e perspectivas de menor geração de caixa, permanecemos confortáveis com o risco de crédito das empresas de nossa carteira. Há espaço para acomodamento ao cenário atual, com a manutenção de uma estrutura de capital ainda confortável, mesmo que mais alavancada se comparada aos últimos períodos. Empresas de menor porte sofrem ainda mais com o cenário macroeconômico atual, ao mesmo tempo em que a situação menos confortável das empresas de grande porte tem um efeito contágio importante na economia como um todo, dado seu posicionamento de liderança e relevância para o PIB brasileiro. Comisso, e com base em algumas declarações de membros do governo, acreditamos que esse cenário de crédito mais restritivo já está sendo objeto de discussão e deve ser objeto de atuação por parte do governo brasileiro. Do nosso lado, seguiremos diligentes e acompanhando de maneira muito próxima o crédito de cada uma das empresas em que investimos. O cenário atual torna ainda mais importante e necessária essa gestão profissional, mantendo as alocações diversificadas e conservadoras.

6.1- Renda Fixa

Aversão a risco aumenta e renda fixa volta a ser destaque

A renda fixa brilhou em fevereiro, enquanto o investidor que se animou com os preços baratos na bolsa viu a sua estratégia frustrada por uma temporada de venda de ações. Sem dinheiro novo do capital externo - combustível que tracionou a renda variável ao longo de 2022 e em janeiro -, ativos considerados mais conservadores atrelados a juros se provaram um melhor destino. No ranking do mês, a liderança ficou com os títulos públicos atrelados à inflação, com prazo de até cinco anos, refletidos no IMA-B 5 da Anbima, com valorização de 1,41%, com ganhos de 2,82% no ano.

Na **Renda Fixa Brasil**, em que pesem ainda termos incertezas quanto ao fiscal no país, o aceno sobre um possível alívio no ciclo monetário, fizeram com que as curvas de juros, em especial as mais longas, fechassem em fevereiro. Para março entendemos que o aceno de um possível início de queda de juros pode trazer mais fechamentos para as curvas pré fixadas. O ponto de atenção será o novo "arcabouço fiscal" a ser apresentado pelo governo e os impactos fiscais envolvidos, que se positivo, poderá trazer oportunidades para alocação de forma gradual nas estratégias IMA e Pré-Fixadas.

Nos mercados internacionais, acompanhamos a alta das curvas de juros globais, em linha com o discurso mais duro adotado por diversas autoridades monetárias. Apesar de reconhecerem o alívio da inflação nos últimos meses, os números atuais ainda se encontram acima das metas.

No âmbito doméstico, observamos uma ligeira queda da parte curta da curva de juros local, ao passo que os vencimentos longos registraram alta, frente às incertezas no cenário fiscal.

Para os títulos privados, a aversão a risco continuou ao longo do mês, com abertura dos *spreads* de crédito, porém com certa distinção entre nomes de maior qualidade creditícia e papéis com maior risco de crédito.

Olhando à frente, analistas acreditam na continuidade do processo de alta de juros nos EUA, dado o aquecimento do mercado de trabalho e a inflação ainda acima da meta. Porém, acreditamos que esse movimento já está adequadamente refletido nas curvas de juros. No Brasil, seguiremos atentos aos desdobramentos da política fiscal.

Fevereiro começou com carga total do presidente da República e do partido do governo sobre o presidente do Banco Central. O Copom do início do mês colocou gasolina na fogueira, com menção (não original, diga-se de passagem) ao desequilíbrio fiscal como um risco para a inflação. Mais especificamente, o comunicado faz menção à “ainda elevada incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país e estímulos fiscais que implicam sustentação da demanda agregada, parcialmente incorporados nas expectativas de inflação e nos preços de ativos”. Esta redação ignorou o pacote fiscal que havia sido anunciado pelo ministro da Fazenda no dia 12/01, o que causou o aumento da pressão sobre o BC.

A ata procurou corrigir este “erro político”, ao mencionar o pacote fiscal: “Alguns membros notaram que a execução do pacote apresentado pelo Ministério da Fazenda deveria atenuar o risco fiscal e que será importante acompanhar os desafios na sua implementação”. A presença de Roberto Campos Neto no programa Roda Viva, em um tom bastante moderado e de não confronto, ajudou a baixar a temperatura.

De qualquer modo, ficou a sensação de que se trata de uma trégua apenas temporária. Há uma grande ansiedade do governo com relação à fraqueza da atividade econômica e a falta de espaço fiscal para estímulos pode levar, mais à frente, a iniciativas no sentido de tentar incorporar a política monetária ao arsenal de medidas para enfrentar o desaquecimento da economia. Além do recrudescimento da pressão política sobre o presidente do BC, a nomeação de dois diretores para o seu colegiado e as discussões sobre mudanças da meta de inflação podem ser instrumentais para este tipo de pressão.

O mercado de juros respondeu a esse tipo de movimento inclinando a curva de juros.

Câmbio

Fevereiro foi um mês espelho do que aconteceu em janeiro. Se no primeiro mês do ano, a sinalização de fim de ciclo de aperto monetário por parte do Fed provocou a desvalorização global do dólar, em fevereiro ocorreu o efeito inverso: a divulgação de dados de emprego e inflação acima das expectativas (vide a sessão Cenário Global acima), a visão de que o Fed poderia continuar o ciclo de aperto monetário por mais tempo provocou a valorização da moeda norte-americana.

Com o real não foi diferente, e a moeda brasileira desvalorizou-se 3,1% no mês. De maneira geral, o câmbio tem apresentado comportamento divergente em relação aos outros ativos locais. Enquanto os juros e a bolsa têm sido, de maneira geral, afetados de maneira significativa pelo fluxo de notícias relativas ao novo governo, o câmbio parece relativamente imune a estes movimentos. Este comportamento talvez possa ser explicado pela dicotomia entre o comportamento dos investidores locais e estrangeiros. Estes últimos, em geral, têm visto o novo governo com menos desconfiança que os investidores locais.

Continuamos sendo da opinião de que uma valorização adicional mais consistente da moeda deveria ocorrer somente com a redução do risco-país, o que depende de um equacionamento mais definitivo da questão fiscal.

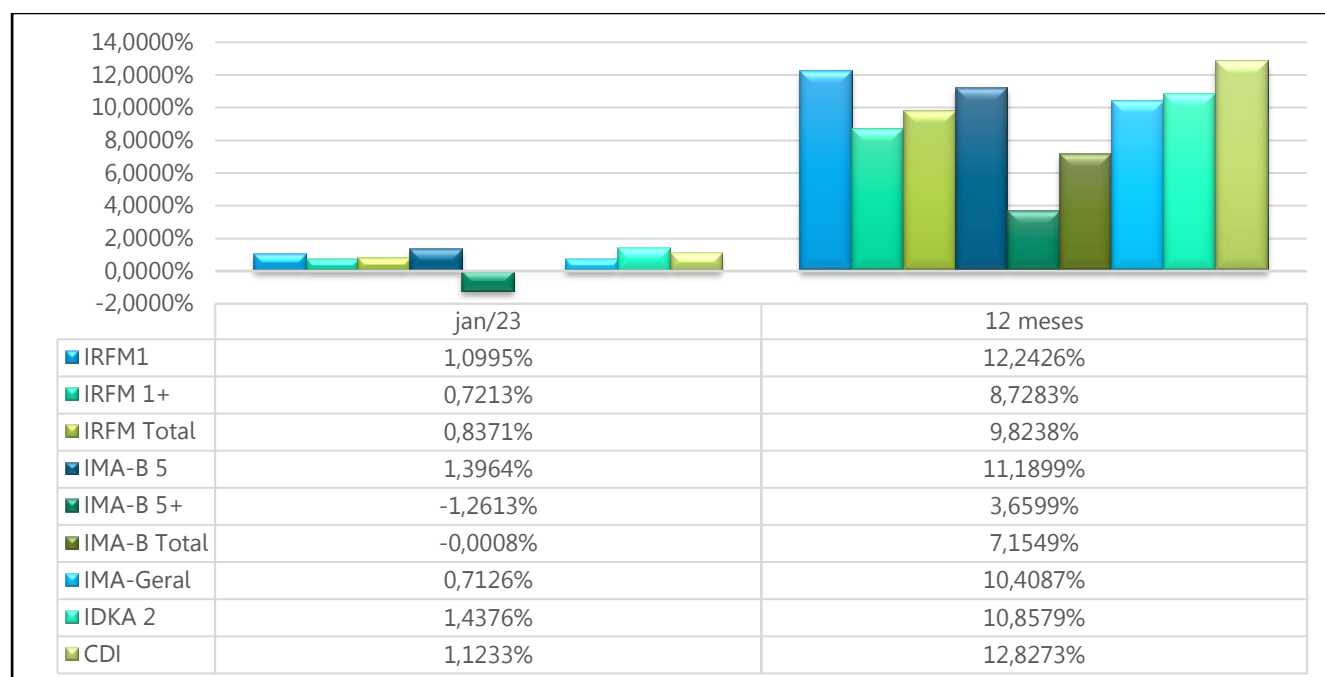
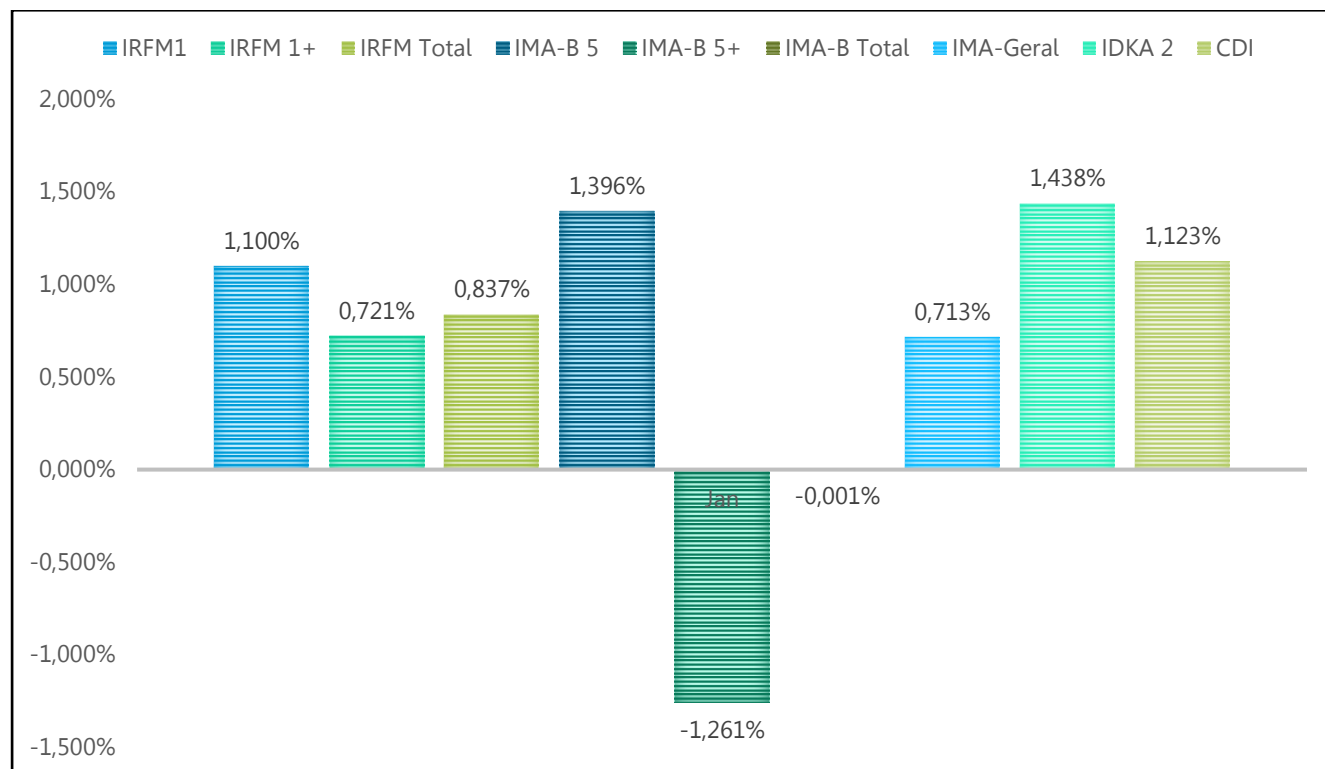
Crédito

Pelo segundo mês consecutivo, os spreads de crédito observados no mercado secundário de debêntures apresentaram uma abertura. Com isso, o spread médio das debêntures que compõe o IDA-DI atingiu o nível de 216 bps, contra 172 bps no início do ano, quando excluímos os ativos de Lojas Americanas e Light.

Quando o mercado já se recuperava do impacto negativo decorrente de “Lojas Americanas”, tivemos um segundo evento que foi determinante no comportamento de preços ao longo de fevereiro. Após a notícia que a Light havia contratado um consultor para auxiliá-la na adequação de sua estrutura de capital, as debêntures da companhia tiveram forte queda no mercado secundário.

Embora esse segundo evento tenha natureza distinta do primeiro e tenha maior possibilidades de ser remediado, ele provocou uma nova onda de resgates na indústria de fundos de crédito.

6.1.1- Desempenho



6.2- Renda Variável

Nos mercados globais, os principais índices de Bolsas encerraram o mês em território negativo, refletindo a alta dos juros futuros internacionais e a piora da aversão a risco.

Localmente, o Ibovespa também teve retorno negativo, caindo mais do que as Bolsas globais, como resultado das incertezas no quadro fiscal. Setorialmente, as maiores quedas do Ibovespa vieram de empresas dos setores de mineração, energia elétrica e serviços financeiros.

Para os índices internacionais, os analistas **seguem antevendo cenário desafiador, em função da continuidade no processo de elevação dos juros nas principais economias**. Localmente, a opção é por manter visão neutra, atentos aos desdobramentos de natureza fiscal.

A bolsa brasileira apresentou a pior performance dentre as bolsas globais, recuando 7,6% em moeda local e 10,4% em dólar. O cenário local (uma mistura de desaceleração da atividade econômica com um governo que tem emitido sinais ruins tanto no campo macroeconômico quanto no microeconômico) continuou pesando na performance das empresas brasileiras na bolsa. Além disso, o evento Americanas apertou o cenário de crédito, o que também pode afetar os índices financeiros das empresas.

Para avaliar o potencial de alta da bolsa neste ponto, estimamos o crescimento dos lucros nos próximos 12 meses e assumimos um P/L de 8,0x ao final deste período (no final de janeiro, o P/L da bolsa, de acordo com nossas estimativas de crescimento de lucros, fechou em 6,8x). Estimamos queda de lucros de 14% em 2023, crescimento de 4% em 2024 e de 5% em 2025. Considerando, portanto, que a bolsa esteja com um P/L de 8,0x daqui a um ano (em fev/24), e assumindo o crescimento projetado dos lucros para os 12 meses seguintes (até fev/25) conforme descrito acima, o IBrX deveria subir cerca de 31% nos próximos 12 meses, considerando o seu preço de fechamento em fev/23.

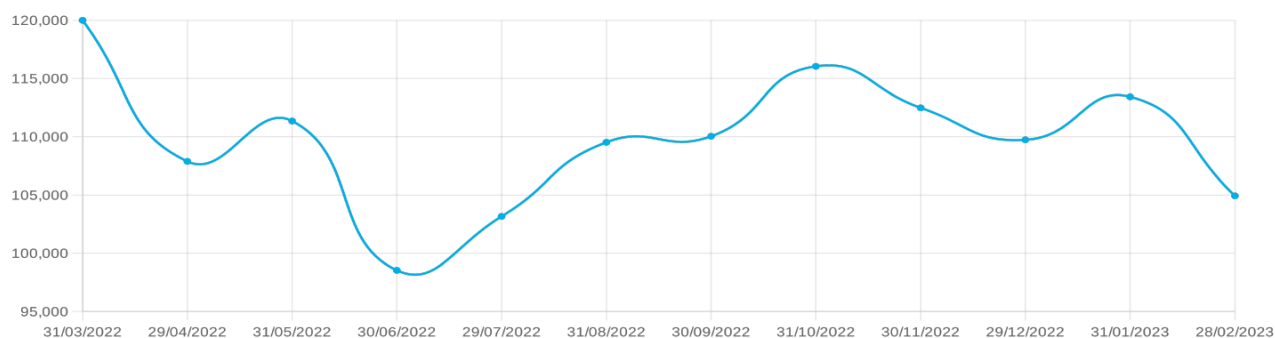
Há que se observar que o P/L considerado para este exercício está significativamente abaixo da média dos últimos 5 anos, de 10,7. Obviamente, um eventual re-rating da bolsa local para múltiplos P/L mais altos é dependente de uma melhora na percepção de risco-país e de uma redução do custo de oportunidade no mercado local (juros reais longos mais baixos).

Na **Renda Variável doméstica**, o IBOVESPA fechou em forte queda de -7,49%, parte pela saída de estrangeiros na esteira de reavaliações sobre o ciclo de alta dos juros nos Estados Unidos, parte pelas preocupações locais envolvendo a relação entre governo e Banco Central e as metas de inflação. Como já havíamos pontuado, entendemos que o IBOVESPA está bem descontado e apresenta boas oportunidades de alocação, pensando em um horizonte de médio/longo prazo. No curto, continuará volátil até que tenhamos uma clareza maior por aqui e maior tranquilidade no cenário offshore. Não podemos esquecer do grande concorrente da bolsa por aqui, que é a taxa de juros a 13,75%.

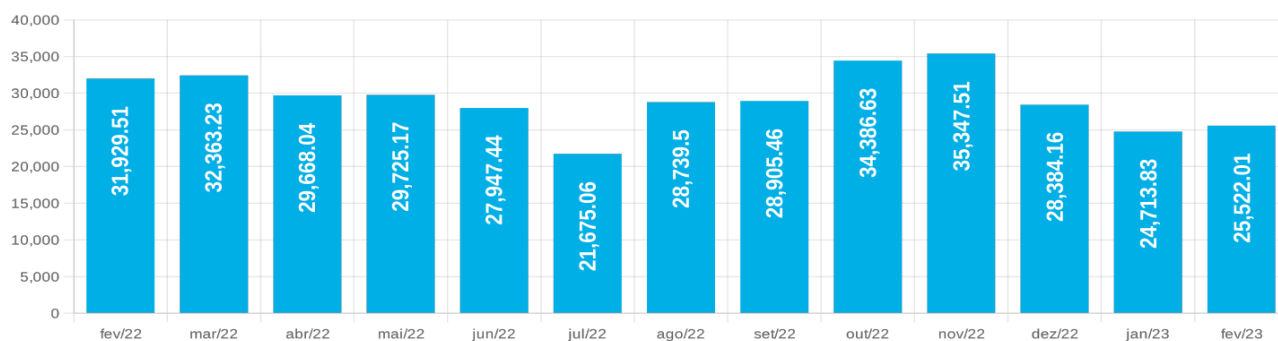
Na **Renda Variável Internacional**, tivemos uma realização causada pela possibilidade da continuidade da alta de juros e inflação pressionada nas principais economias globais, o que manteve as incertezas quanto ao tempo de duração do aperto monetário, cenário que sinalizava mais altas de juros por um período mais longo nas principais economias globais, exceção a China, que deve ser a surpresa positiva de crescimento para este ano. Especificamente nos EUA, o reflexo da manutenção do ciclo de alta de juros fez o S&P 500 recuar -2,61% em fevereiro. Entretanto, olhando para frente, o problema recente de solvência de 02 bancos menores por lá trouxeram um alerta ao FED, que tende a ser mais brando no aumento de juros na próxima reunião, dado que eventos como este naturalmente tende a conter o ímpeto e confiança do consumidor.

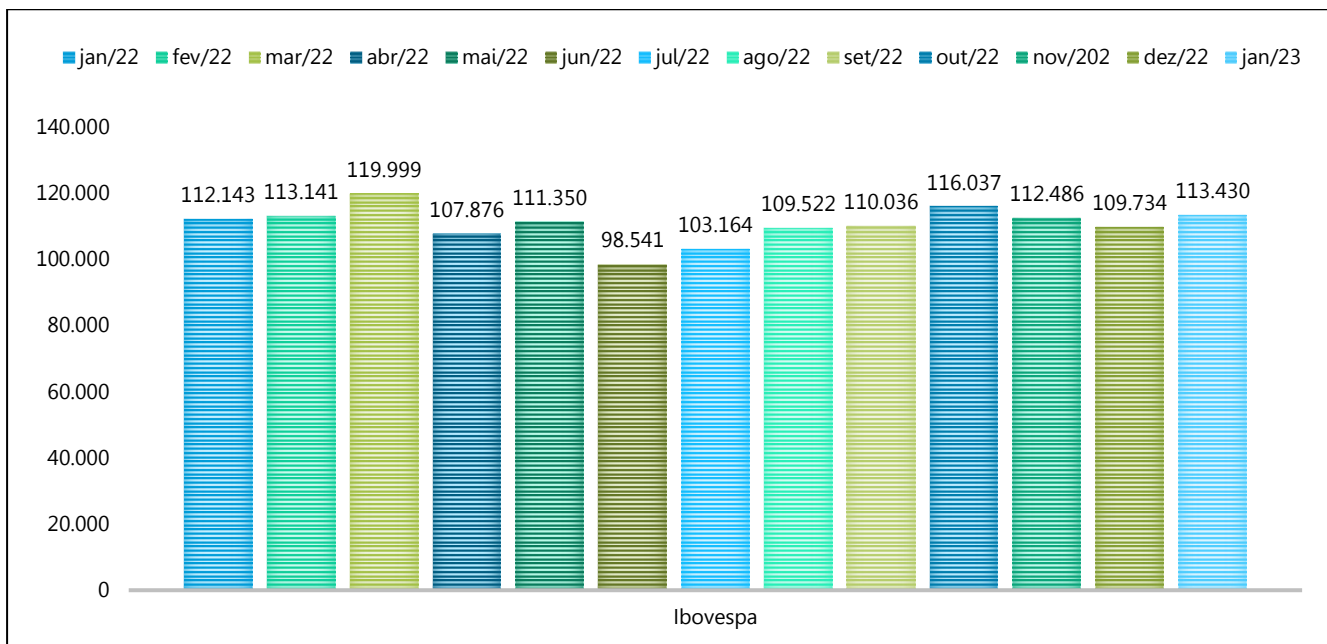
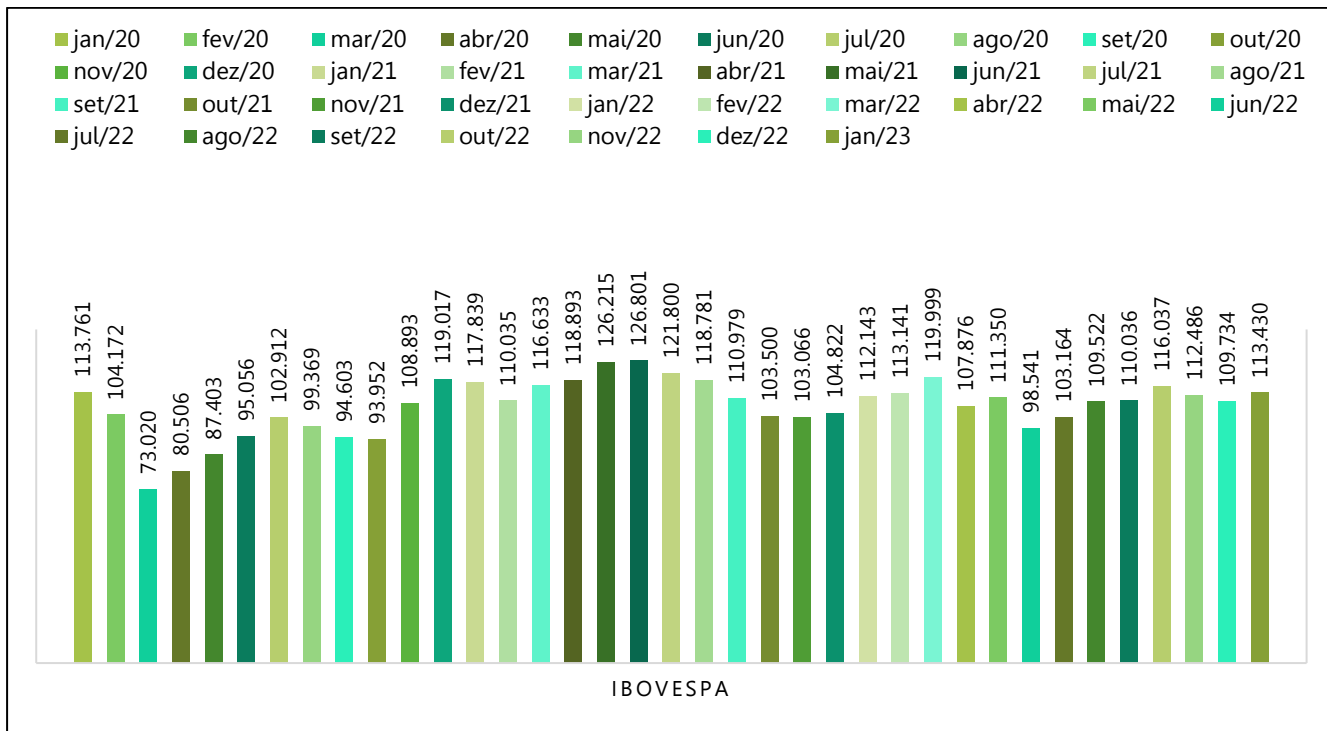
6.2.1- Desempenho

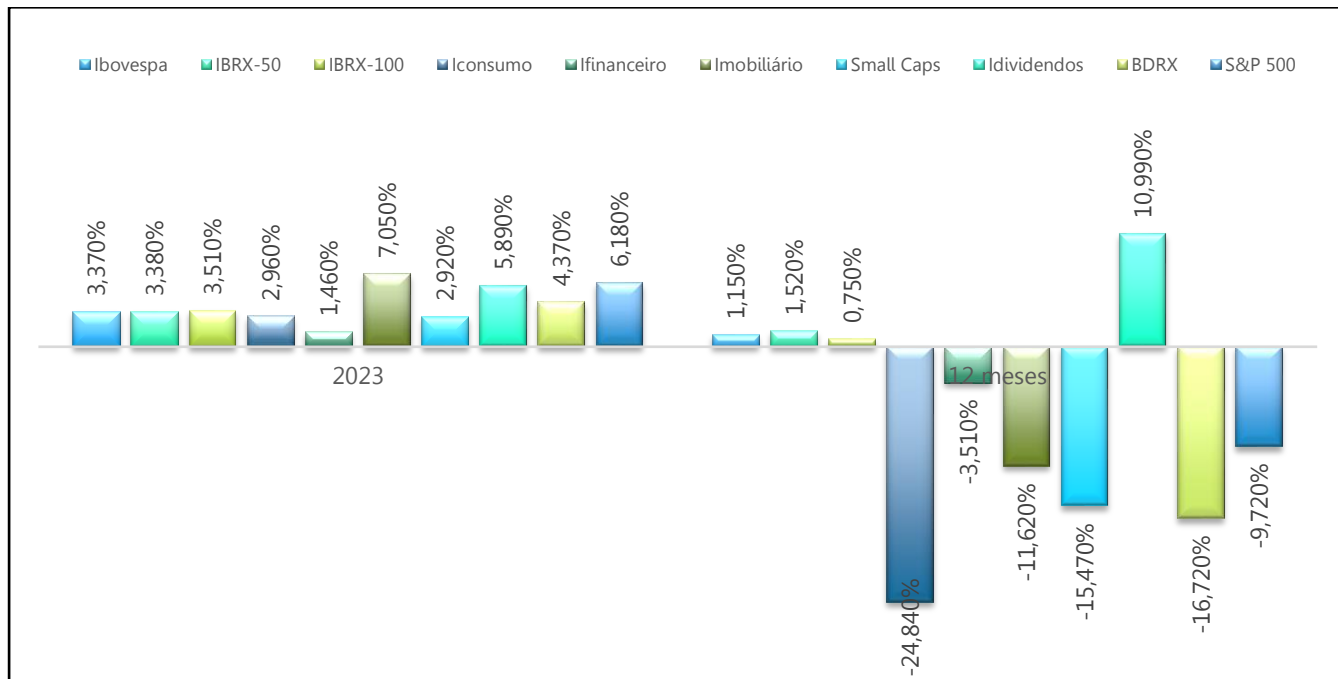
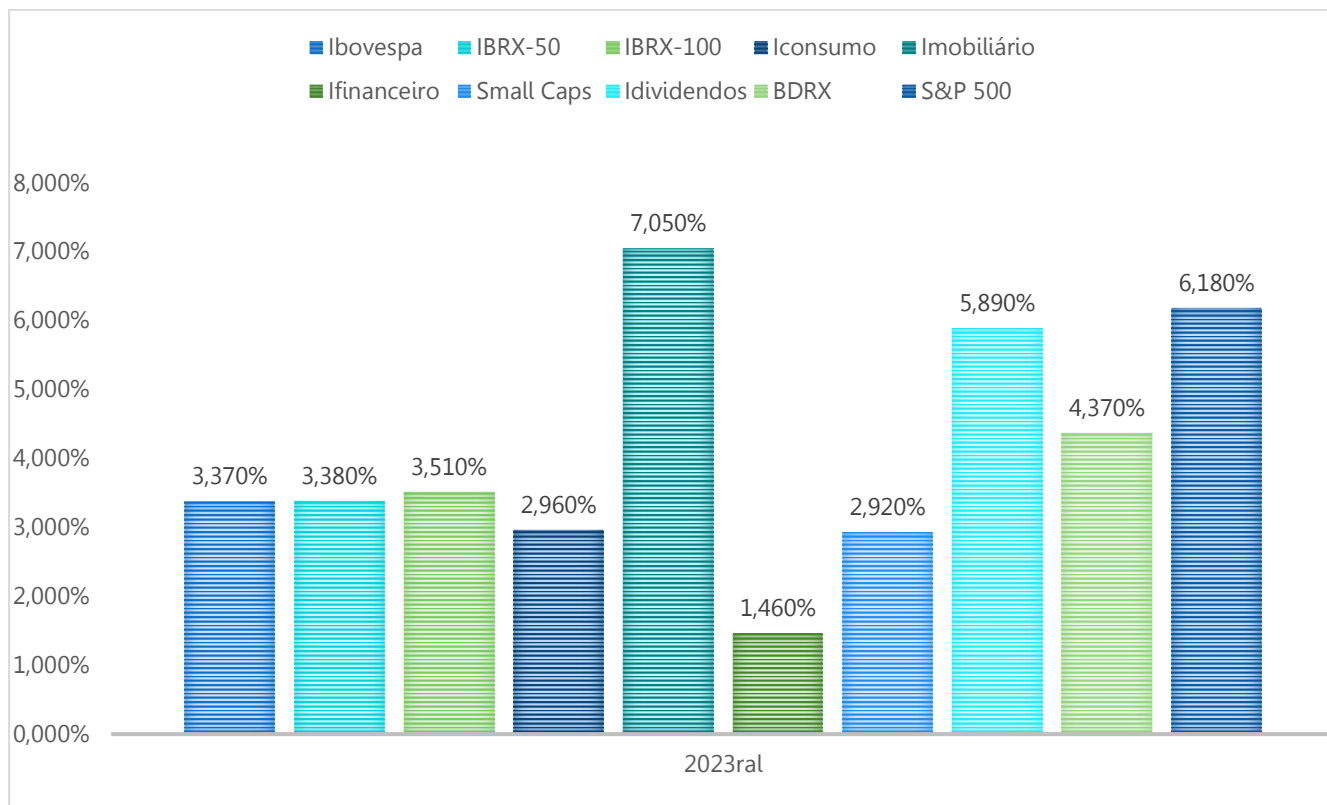
Gráfico dos Índices - IBOVESPA



Médias Diárias de Ações – Volume em Um Ano (R\$ em Milhões)







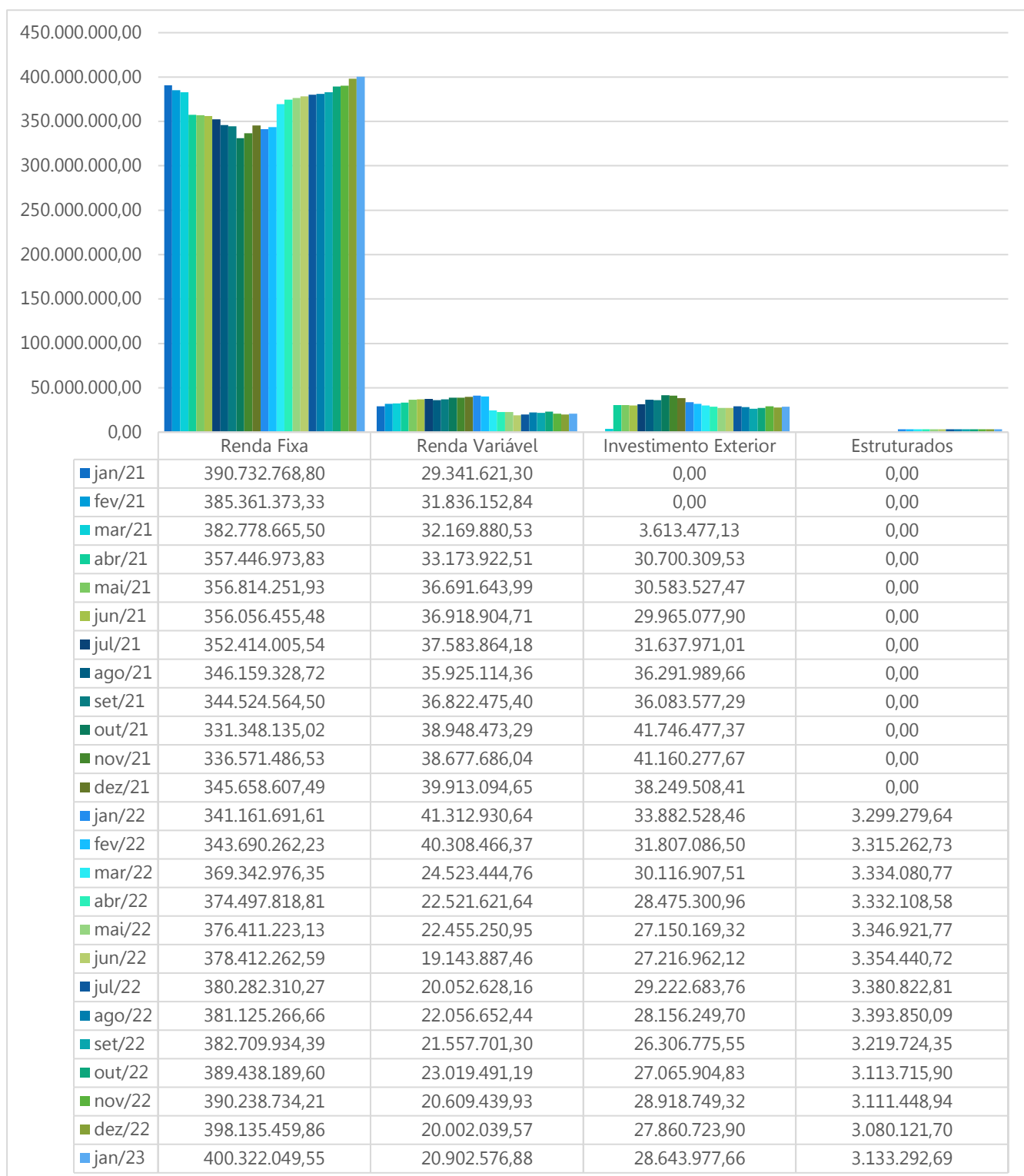
7- Carteira de Investimentos

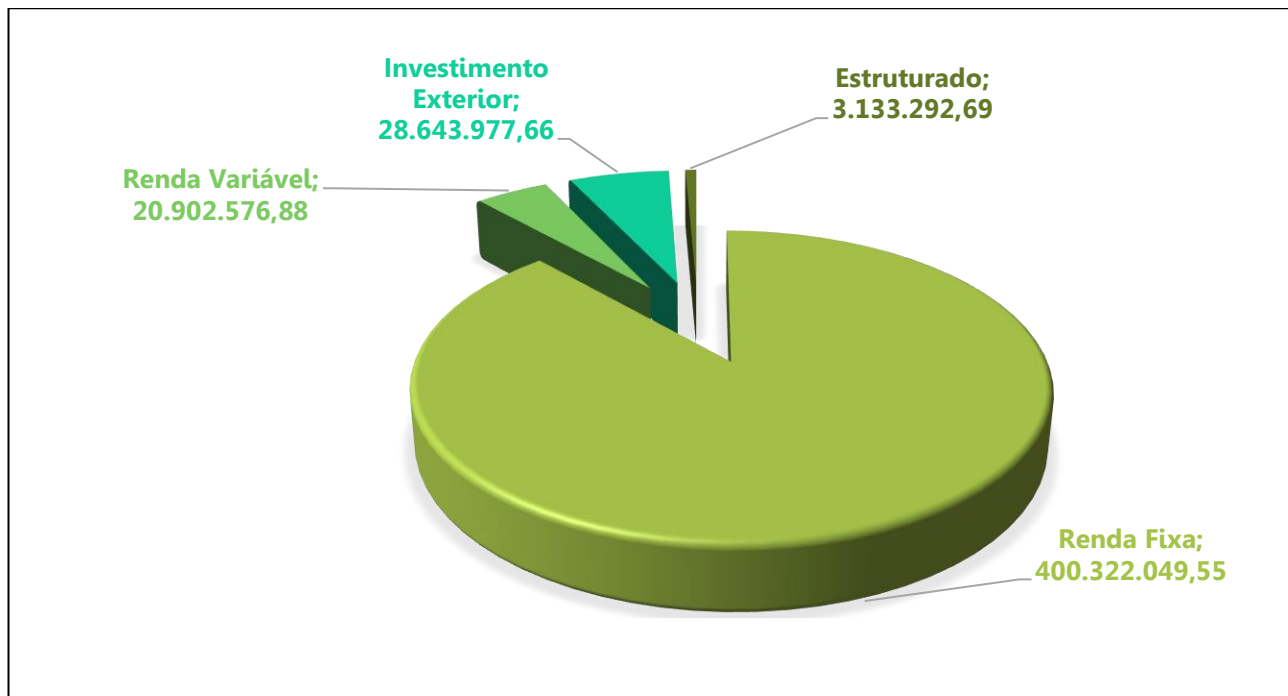
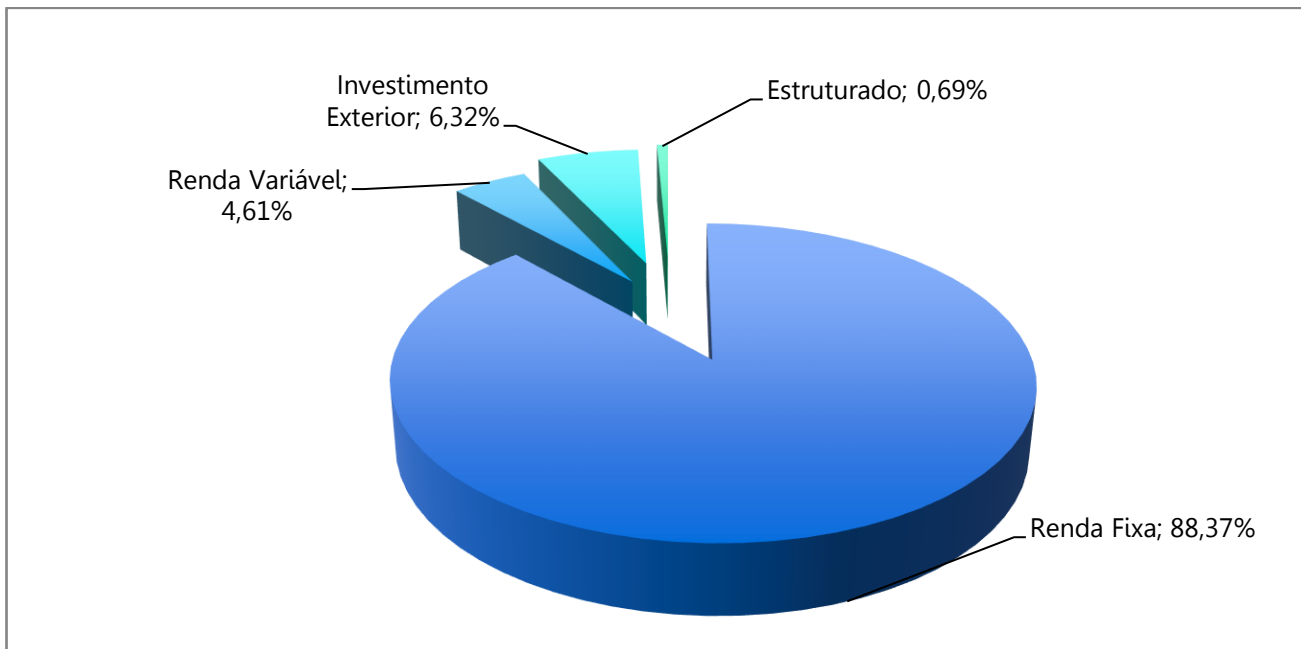
A Carteira de Investimentos do **Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU** apresentou **valorização** no mês de **R\$ 7.046.551,75** (sete milhões quarenta e seis mil quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos).

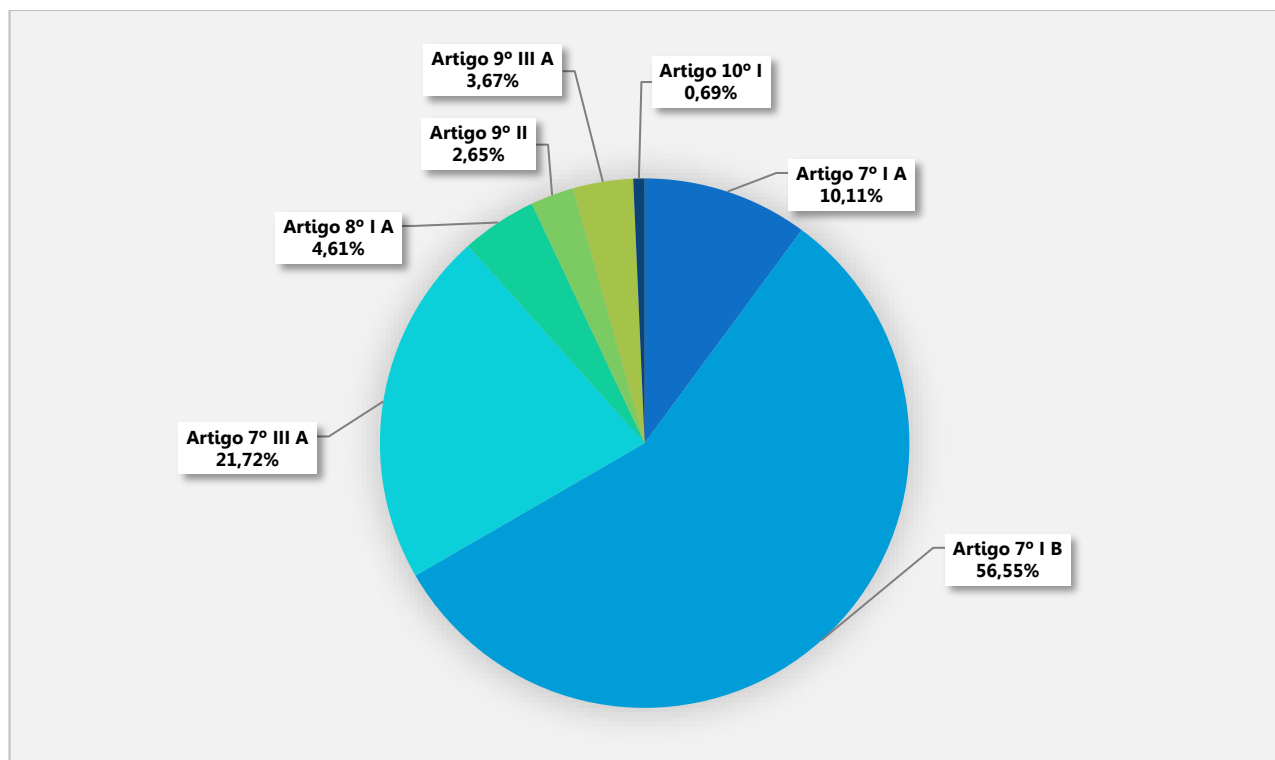
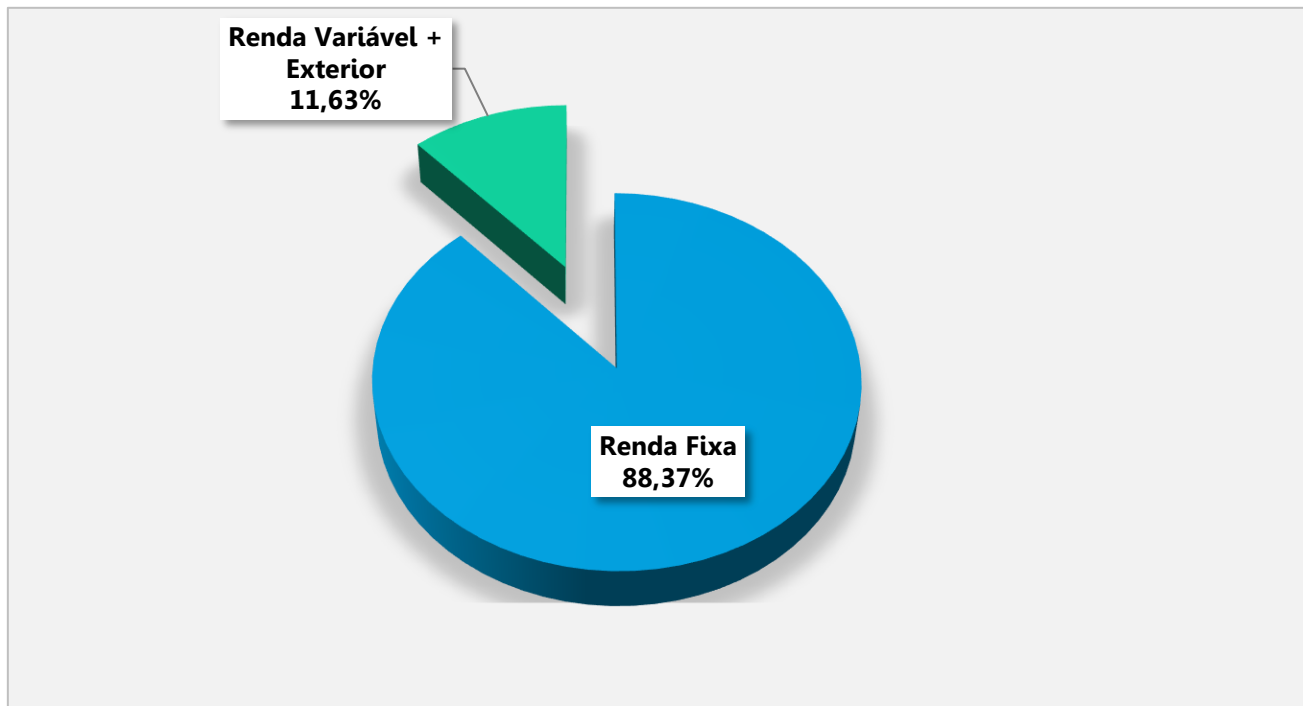


A composição da carteira de investimentos do IPMU no encerramento do mês atende aos requisitos previstos em Lei e cumpre a Política Anual de Investimentos – PAI 2023, elaborada pelos membros do Comitê de Investimentos, aprovada pelos membros do Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal.

A carteira de investimentos do IPMU está segregada entre os segmentos de renda fixa (**88,37%**), renda variável (**4,61%**), alocação no investimento no exterior (**6,32%**) e fundos estruturados/multimercado (**0,69%**), dentro dos limites permitidos pela Resolução CMN nº 3922/2010 e compatível com os requisitos estabelecidos na Política de Investimentos – PAI 2023. As proporções demonstram uma carteira conservadora, em linha com o cenário econômico de grande volatilidade e as obrigações do Instituto.







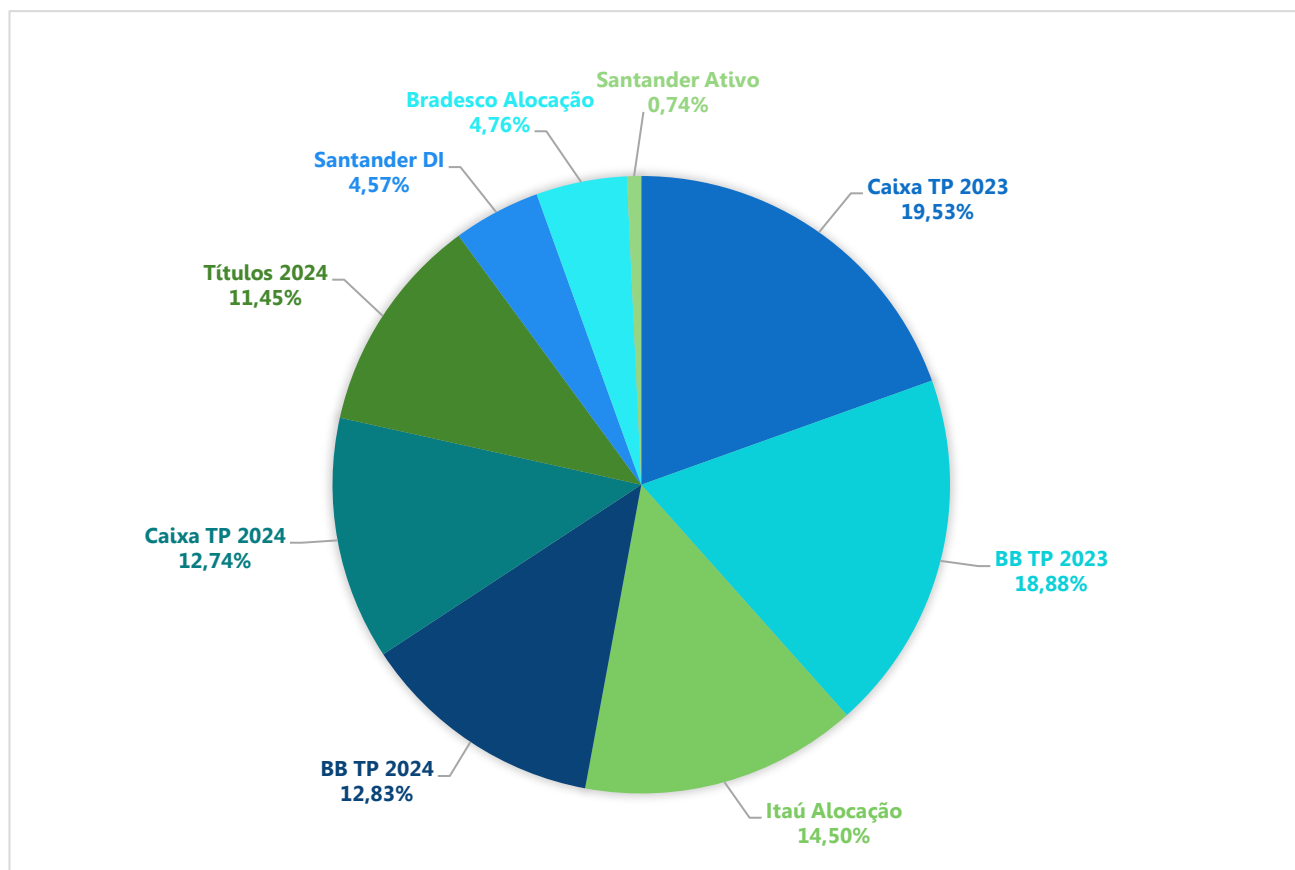
Os investimentos do IPMU demonstram uma “gestão moderada”, com exposição em fundos compostos por 100% títulos públicos, diversificados em vértices de curto, médio e longo prazo.

Os investimentos em **Renda Fixa** estão diversificados, com concentração em maior volume em “IPCA” seguido de “IMA-B Total”. De forma geral, apresentando resultados compatíveis com o desempenho do mercado.

A maioria dos fundos de **Renda Fixa (09 fundos)** da carteira de investimentos do IPMU são fundos “renda fixa ativa”, onde o gestor pode atuar de forma mais abrangente, comprando e vendendo títulos públicos ou privados dos mais variados vértices. O Comitê de Investimentos tem acompanhado de perto o desempenho desses fundos, de forma que aquele que apresente melhor desempenho receba novos aportes, enquanto aqueles que apresentem desempenho ruim sejam alvo de resgates.

| Ordem | Fundo de Renda Fixa | CNPJ | Resolução 4963/2021 | % PL |
|-------|--|--------------------|---------------------|------|
| 1 | BB Previdenciário RF TP 2023 | 15.486.093/0001-83 | Artigo 7º I B | 100% |
| 2 | BB Previdenciário RF TP 2024 | 44.345.590/0001-60 | Artigo 7º I B | 100% |
| 3 | Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica | 28.515.874/0001-09 | Artigo 7º III A | 60% |
| 4 | Caixa Brasil TP 2023 | 44.683.378/0001-02 | Artigo 7º I B | 100% |
| 4 | Caixa Brasil TP 2024 | 20.139.595/0001-78 | Artigo 7º I B | 100% |
| 5 | Itaú Institucional Alocação Dinâmica | 21.838.150/0001-49 | Artigo 7º I B | 100% |
| 7 | Santander RF Referenciado DI Institucional Premium (150) | 02.224.354/0001-45 | Artigo 7º III A | 60% |
| 8 | Santander Ativo Renda Fixa (350) | 26.507.132/0001-06 | Artigo 7º III A | 60% |
| 9 | Carteira de Títulos Públicos 2024 | | Artigo 7º I A | 100% |

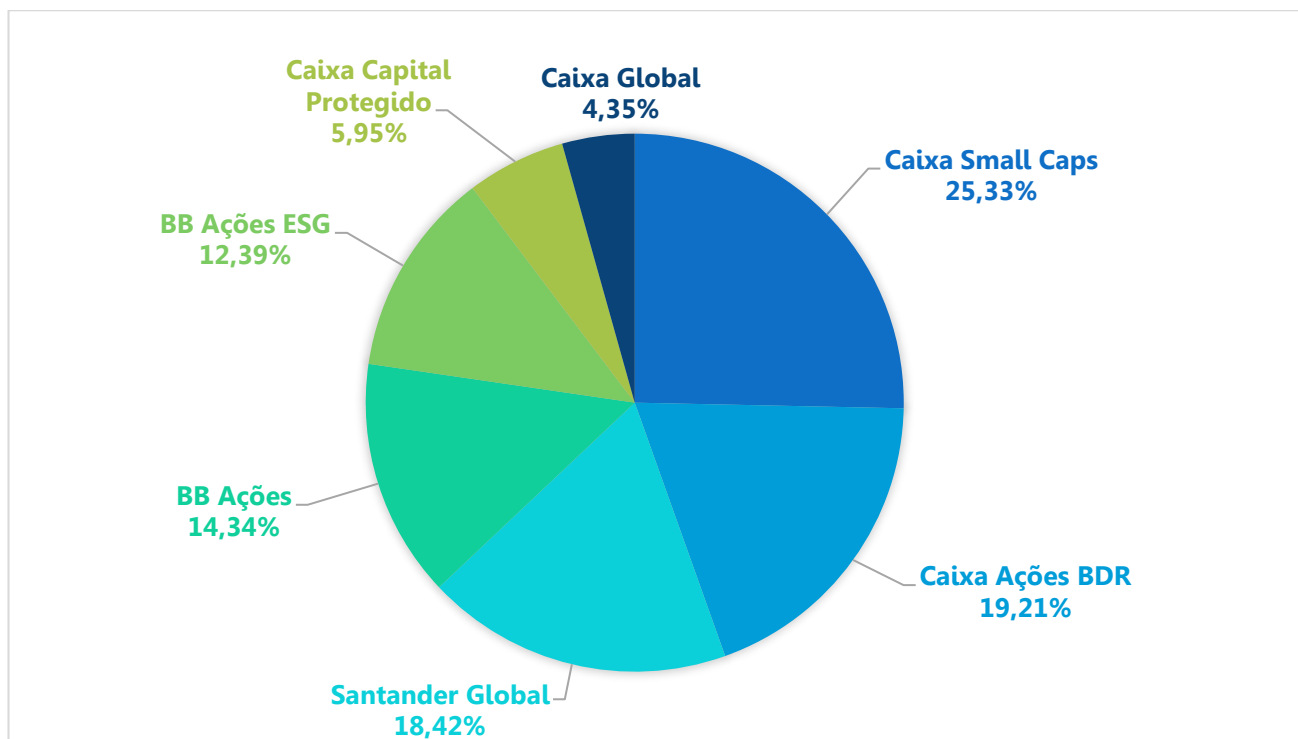
Comparativo em relação ao valor total da Carteira no Segmento de Renda Fixa: **R\$ 400.322.049,55**



Os investimentos em Renda Variável (7 fundos) estão distribuídos em “Small Caps”, “BDR” e “Estruturados/Multimercado”. A aplicação neste segmento de investimentos vem evoluindo ao longo dos anos, pensando em um horizonte de médio e longo prazo, estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos, elevou a aplicação no segmento de **0,00%** do PL em 2019 para **7,18%** do PL no final de 2020, em **18,44%** do PL em 2021 e **11,89%** do PL em 2022. Diante da grande volatilidade do mercado, a estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos foi de manutenção da exposição neste segmento, fechando o mês em **11,63%**.

| Ordem | Fundos Renda Variável | CNPJ | Resolução 4963/2021 | % PL |
|-------|--|--------------------|---------------------|------|
| 1 | BB Retorno Total FIC Ações | 09.005.805/0001-00 | Artigo 8º I | 30% |
| 2 | BB Ações ESG Globais | 22.632.237/0001-28 | Artigo 9º III | 10% |
| 3 | Caixa FI Ações Small Caps | 15.154.220/0001-47 | Artigo 8º I | 30% |
| 4 | Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE | 39.528.038/0001-77 | Artigo 9º II | 10% |
| 5 | Caixa Ações BDR Nível I | 17.502.937/0001-68 | Artigo 9º III | 10% |
| 6 | Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores | 44.683.343/0001-73 | Artigo 10º I | 10% |
| 7 | Santander Global Equiteis Dólar Master | 17.804.792/0001-50 | Artigo 9º II | 10% |

Comparativo em relação ao valor total da Carteira no segmento de Renda Variável: **R\$ 52.679.847,23**



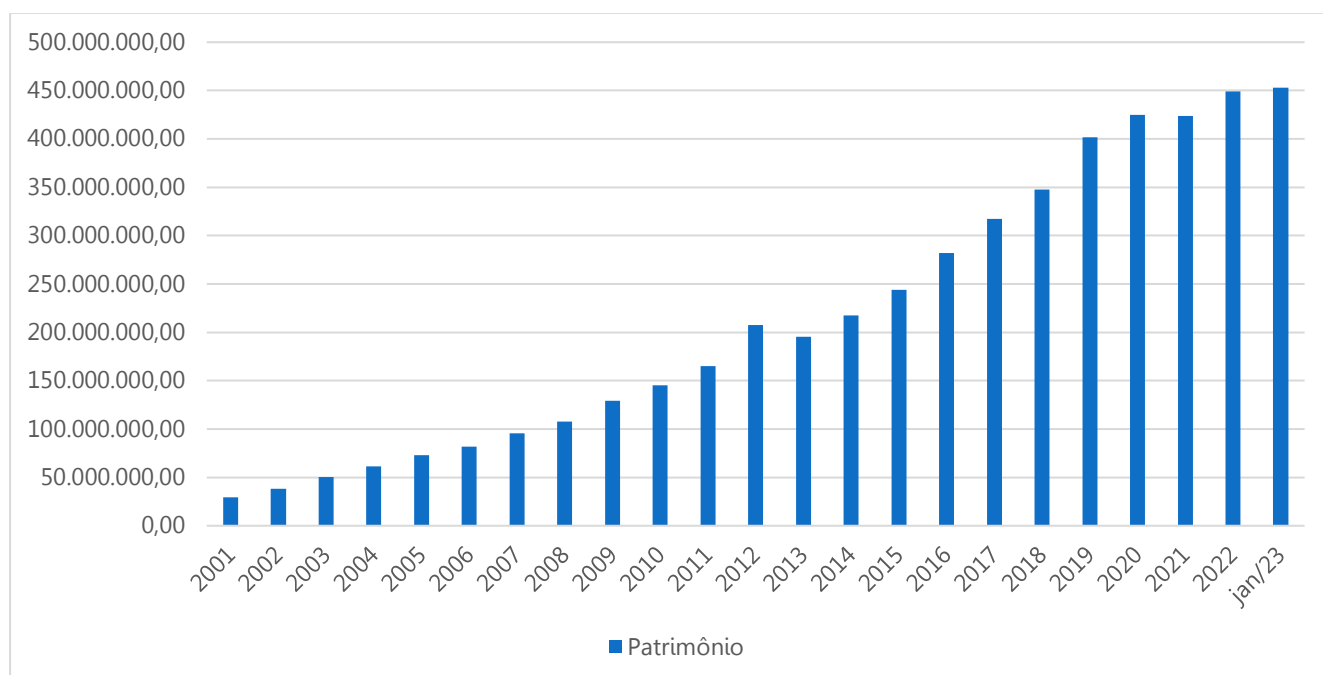
7.1- Evolução da Carteira de Investimentos



A evolução dos investimentos do IPMU dos últimos anos reflete à volatilidade dos mercados financeiros em decorrência do Coronavírus. O ano de 2021 não foi favorável aos investimentos, devido à continuidade das incertezas na recuperação das economias (externa e doméstica) em decorrência da Covid-19 e no cenário doméstico as perspectivas de controle fiscal.

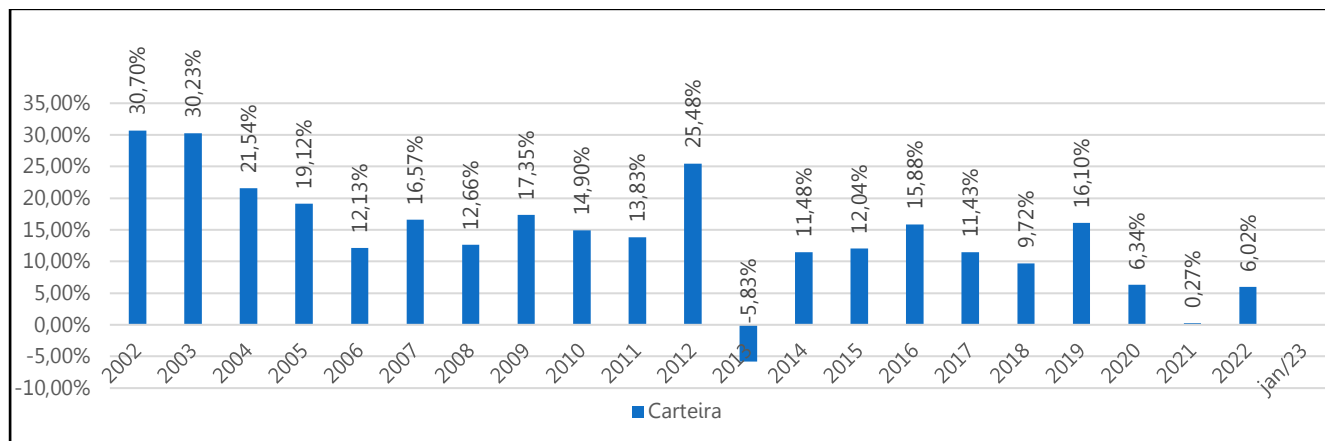
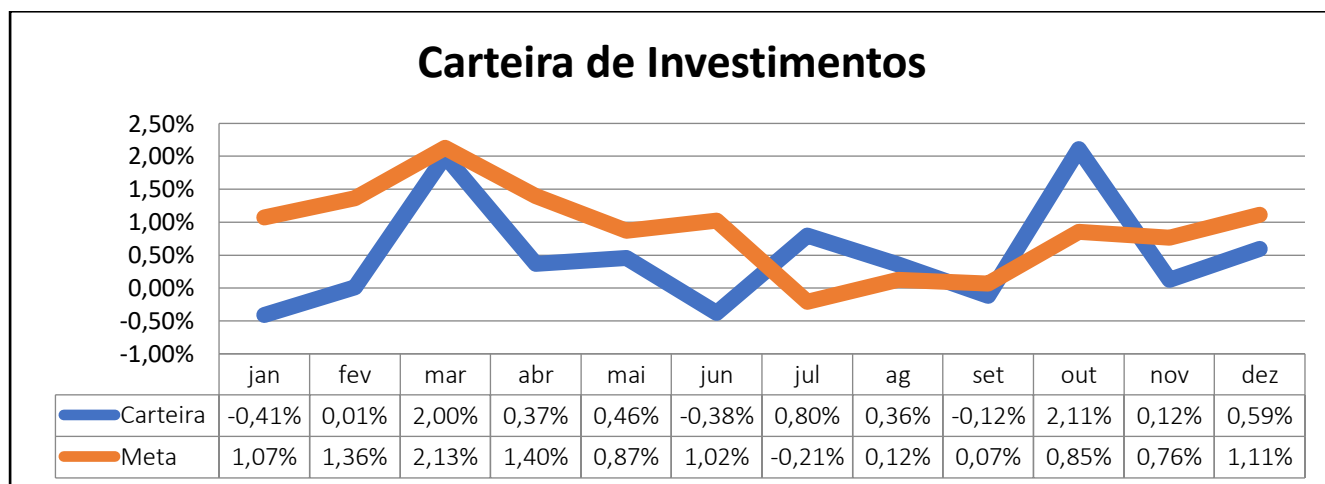
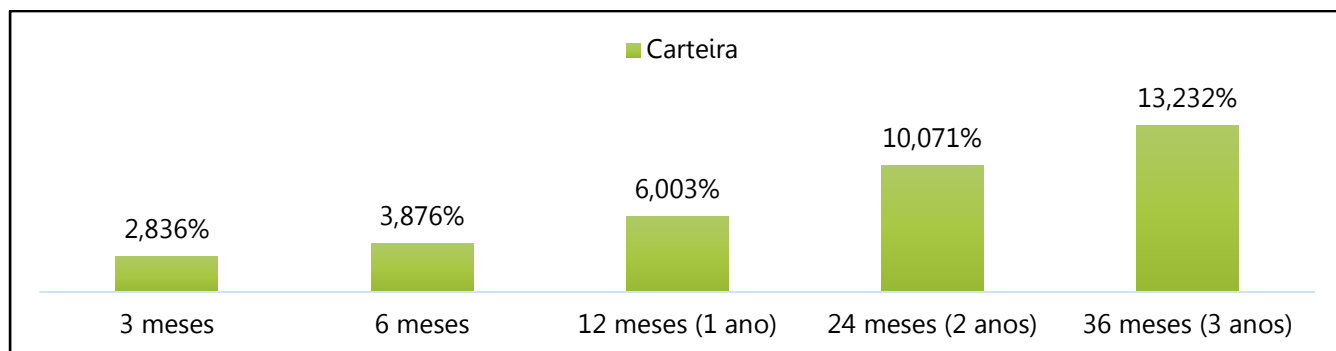
O ano de 2022 iniciou com retração nos investimentos, reflexo da grande volatilidade dos mercados financeiros. De acordo com os analistas, existe a possibilidade de haver novos períodos de retração no patrimônio do IPMU, reproduzindo a volatilidade dos mercados, considerando que a carteira de investimentos apresenta exposição em ativos de alta volatilidade, principalmente os que apresentam vértices mais longos. Com a diversificação nos ativos que compõem os investimentos do IPMU, as retrações poderão ser menores, com a possibilidade de rápida recuperação, mesmo que de forma gradual.

Iniciamos 2023 ainda com incertezas no horizonte, mas o mês de janeiro/2023 apresentou resultados positivos, com elevação o patrimônio.



7.2- Retorno da Carteira de Investimentos

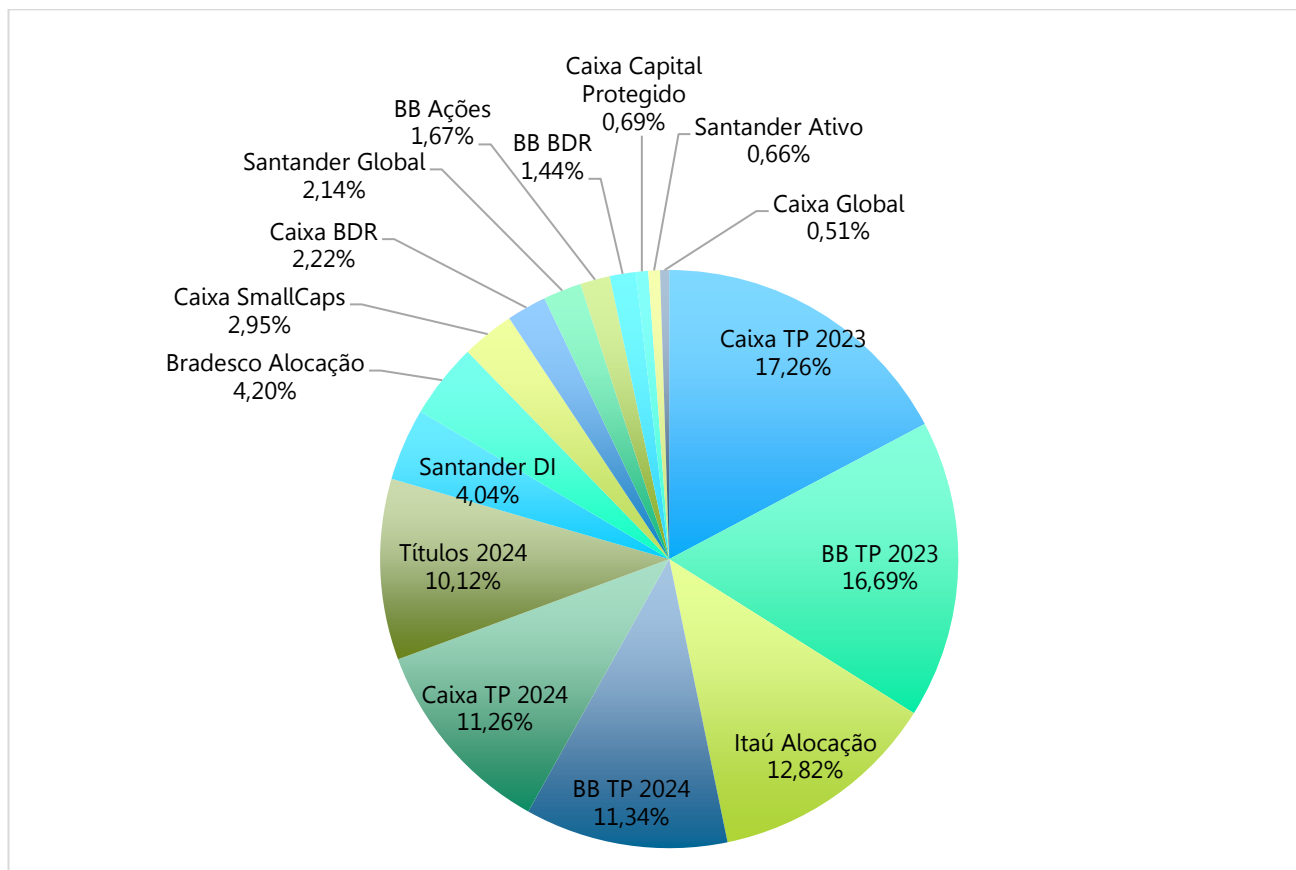
O retorno acumulado na carteira de investimentos do IPMU em 2020 não superou a “meta atuarial” devido as conjunturas dos mercados financeiros que foram fortemente afetados pela pandemia do Covid 19. Esta situação permaneceu em 2021. Em 2022, a rentabilidade nominal da “carteira de investimentos” foi de **6,02%**, percentual inferior em relação a “meta atuarial” do período, que foi de (INPC + 4,85% a.a) de **11,05%** refletindo a grande volatilidade do mercado financeiro, em especial nos investimentos no exterior. O retorno dos investimentos no mês de **janeiro/2023** foi de **XX%**.



7.3- Composição da Carteira de Investimentos

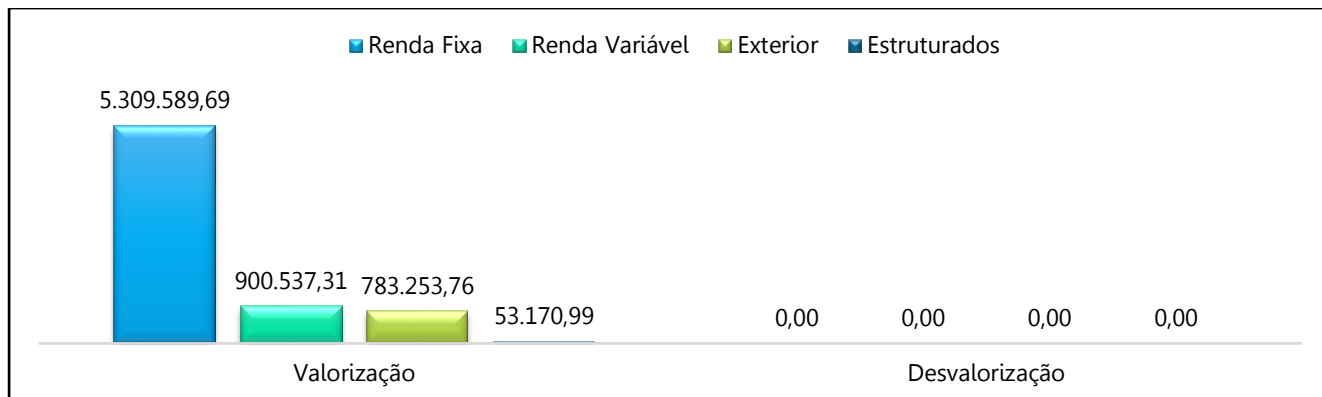
A Carteira de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU é composta por **15 (quinze)** fundos de investimentos e por **01** Carteira de Títulos Públicos com vencimento para 2024.

| Ordem | Fundo | CNPJ | Resolução 4963/2021 |
|-------|--|--------------------|---------------------|
| 1 | BB Previdenciário RF TP 2023 | 15.486.093/0001-83 | Artigo 7º I B |
| 2 | BB Previdenciário RF TP 2024 | 44.345.590/0001-60 | Artigo 7º I B |
| 3 | BB Retorno Total FIC Ações | 09.005.805/0001-00 | Artigo 8º I |
| 4 | BB Ações ESG Globais | 22.632.237/0001-28 | Artigo 9º III |
| 5 | Bradesco FIC FI Alocação Dinâmica | 28.515.874/0001-09 | Artigo 7º III A |
| 6 | Caixa Brasil Títulos Públicos 2023 | 44.683.378/0001-02 | Artigo 7º I B |
| 7 | Caixa Brasil Títulos Públicos 2024 | 20.139.595/0001-78 | Artigo 7º I B |
| 8 | Caixa FI Ações Small Caps | 15.154.220/0001-47 | Artigo 8º I |
| 9 | Caixa FIC FIM Multigestor Global Equities IE | 39.528.038/0001-77 | Artigo 9º II |
| 10 | Caixa Ações BDR Nível I | 17.502.937/0001-68 | Artigo 9º III |
| 11 | Caixa Capital Protegido Bolsa de Valores | 44.683.343/0001-73 | Artigo 10º I |
| 12 | Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI | 00.832.435/0001-00 | Artigo 7º III A |
| 13 | Santander RF Ref. DI Institucional Premium (150) | 02.224.354/0001-45 | Artigo 7º III A |
| 14 | Santander Ativo Renda Fixa (350) | 26.507.132/0001-06 | Artigo 7º III A |
| 15 | Santander Global Equiteis Dólar Master | 17.804.792/0001-50 | Artigo 9º II |
| 16 | Carteira de Títulos Públicos 2024 | | Artigo 7º I A |



7.4- Rentabilidade da Carteira de Investimentos

O patrimônio do IPMU apresenta variação **positiva** apesar da grande volatilidade dos mercados financeiros:



| Investimentos | Enquadramento 4963/21 | Janeiro/2023 | Janeiro/2023 | 03 meses | 06 meses | 12 meses | 24 meses |
|-----------------------|-----------------------|----------------|--------------|----------|----------|----------|----------|
| Renda Fixa | Artigo 7º I A | 45.181.514,39 | | | | | |
| Renda Fixa | Artigo 7º I B | 252.461.019,54 | | | | | |
| Renda Fixa | Artigo 7º III A | 100.492.925,93 | | | | | |
| Renda Variável | Artigo 8º I | 20.002.039,57 | | | | | |
| Investimento Exterior | Artigo 9º II | 11.755.489,02 | | | | | |
| Investimento Exterior | Artigo 9º III | 16.105.234,88 | | | | | |
| Fundos Estruturados | Artigo 10 I | 3.080.121,70 | | | | | |

| Investimentos | Enquadramento 4963/21 | dez/22 | % PL | Valorização | Desvalorização | Consolidado |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|---------------------|----------------------|---------------------|
| Renda Fixa | Artigo 7º I A | 45.181.514,39 | 10,06% | 596.715,41 | 0,00 | 596.715,41 |
| Renda Fixa | Artigo 7º I B | 252.461.019,54 | 56,22% | 2.744.690,79 | 0,00 | 2.744.690,79 |
| Renda Fixa | Artigo 7º III A | 100.492.925,93 | 22,38% | 1.001.319,45 | 0,00 | 1.001.319,45 |
| Renda Variável | Artigo 8º I | 20.002.039,57 | 4,45% | 0,00 | -607.400,36 | -607.400,36 |
| Investimento Exterior | Artigo 9º II | 11.755.489,02 | 2,62% | 0,00 | -241.656,02 | -241.656,02 |
| Investimento Exterior | Artigo 9º III | 16.105.234,88 | 3,59% | 0,00 | -816.369,40 | -816.369,40 |
| Fundos Estruturados | Artigo 10 I | 3.080.121,70 | 0,69% | 0,00 | -31.327,24 | -31.327,24 |
| Total | | 449.078.345,03 | 100,00% | 4.342.725,65 | -1.696.753,02 | 2.645.972,63 |

| Investimentos | Enquadramento 4963/21 | jan/23 | % PL | Valorização | Desvalorização | Consolidado |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|---------------------|----------------|---------------------|
| Renda Fixa | Artigo 7º I A | 45.817.108,47 | 10,11% | 635.594,08 | 0,00 | 635.594,08 |
| Renda Fixa | Artigo 7º I B | 256.132.295,67 | 56,54% | 3.671.276,13 | 0,00 | 3.671.276,13 |
| Renda Fixa | Artigo 7º III A | 98.372.645,41 | 21,72% | 1.002.719,48 | 0,00 | 1.002.719,48 |
| Renda Variável | Artigo 8º I | 20.902.576,88 | 4,61% | 900.537,31 | 0,00 | 900.537,31 |
| Investimento Exterior | Artigo 9º II | 11.999.420,88 | 2,65% | 243.931,86 | 0,00 | 243.931,86 |
| Investimento Exterior | Artigo 9º III | 16.644.556,78 | 3,67% | 539.321,90 | 0,00 | 539.321,90 |
| Fundos Estruturados | Artigo 10 I | 3.133.292,69 | 0,69% | 53.170,99 | 0,00 | 53.170,99 |
| Total | | 453.001.896,78 | 100,00% | 7.046.551,75 | 0,00 | 7.046.551,75 |

| | % | Valorização | Desvalorização | Consolidado |
|---------------------------|--------|--------------|----------------|--------------|
| Renda Fixa | 88,37% | 5.309.589,69 | 0,00 | 5.309.589,69 |
| Renda Variável | 4,61% | 900.537,31 | 0,00 | 900.537,31 |
| Investimentos no Exterior | 6,32% | 783.253,76 | 0,00 | 783.253,76 |

| | | | | |
|--------------|---------|--------------|------|--------------|
| Estruturados | 0,69% | 53.170,99 | 0,00 | 53.170,99 |
| | 100,00% | 7.046.551,75 | 0,00 | 7.046.551,75 |

8. – Controle de Risco

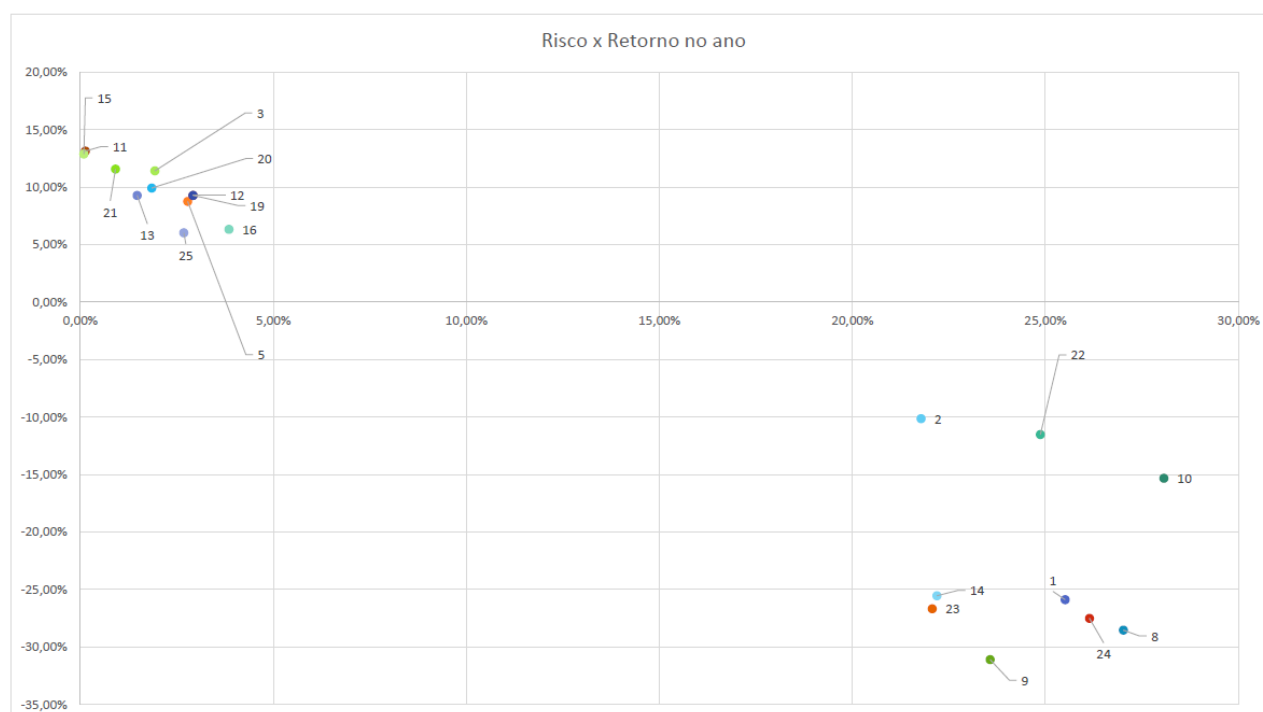
O risco está associado ao grau de incerteza sobre um investimento no futuro, havendo diversas formas de mensurá-lo. Em geral, há uma forte relação entre o risco e o retorno de um ativo: quanto maior o risco, maior a probabilidade de um retorno (ou perda) mais elevado.

Qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de riscos que podem afetar adversamente o seu retorno. Dessa forma, os responsáveis pela gestão financeira dos recursos do IPMU devem exercer o acompanhamento e controle sobre esses riscos.

Com relação ao risco de mercado (risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro) corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimentos, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado (taxa de juros, preços de ações e outros índices). É ligado às oscilações do mercado financeiro.

Apesar de todas as aplicações possuírem certo grau de risco, que pode ou não ser equivalente ao retorno pretendido, é possível tomar algumas medidas visando a redução do risco da carteira ao mesmo tempo em que potencializa os retornos, como, por exemplo, diversificando.

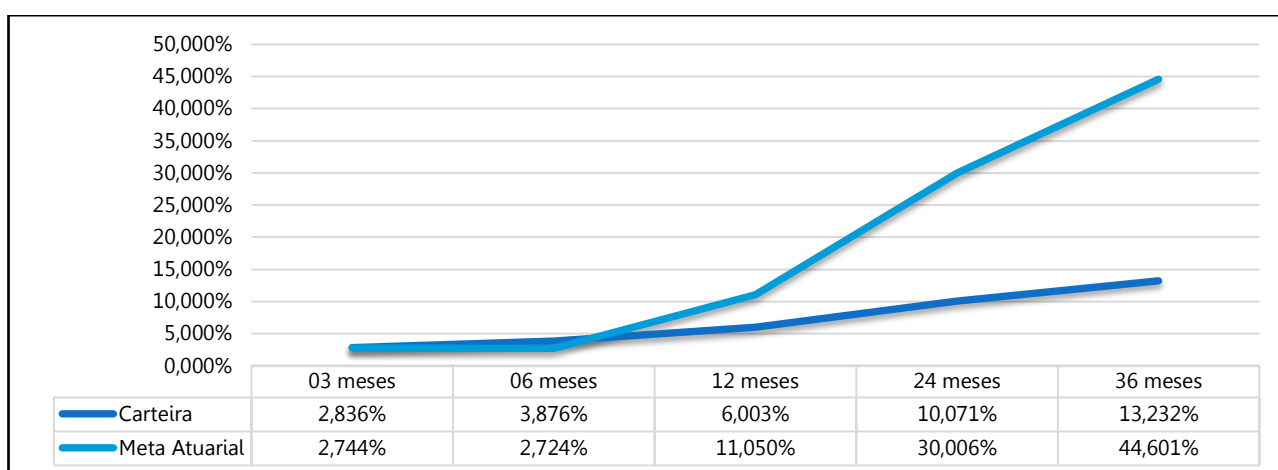
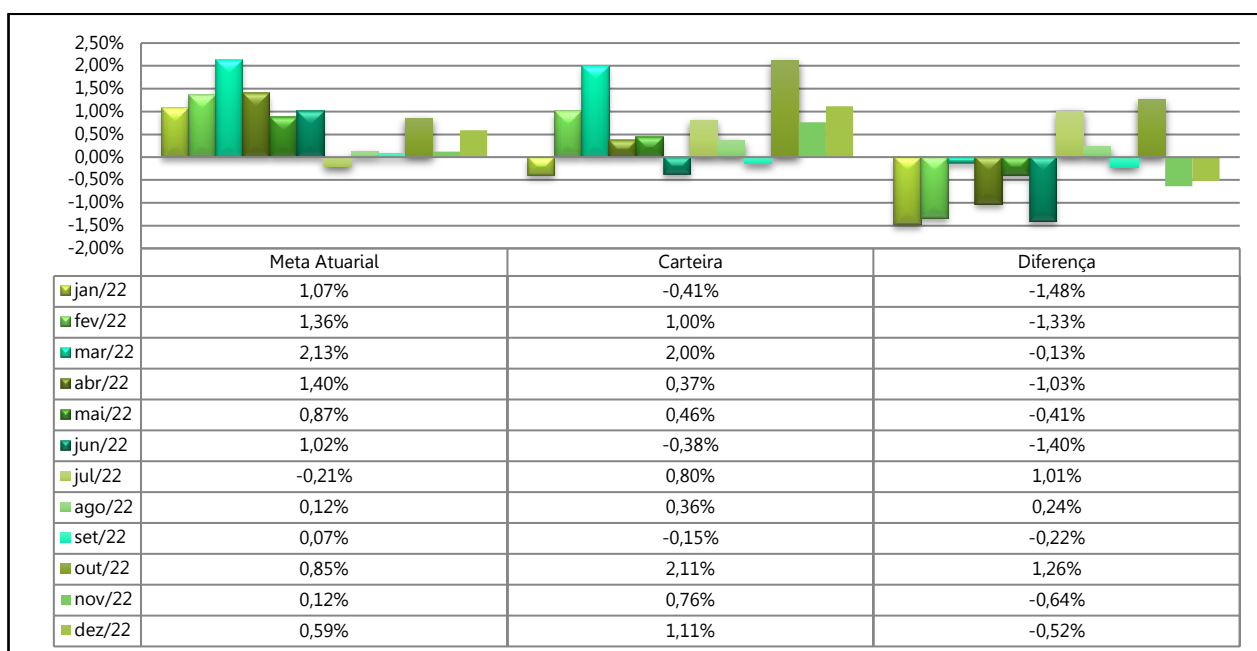
Os riscos da Carteira de Investimentos do IPMU são baixos e a diversificação tornou-se mais do que uma opção para os investidores, tornou-se uma obrigação. Quem não diversificar os investimentos corre o risco de ter resultados insatisfatórios que podem comprometer uma carteira ou um fundo de investimentos.

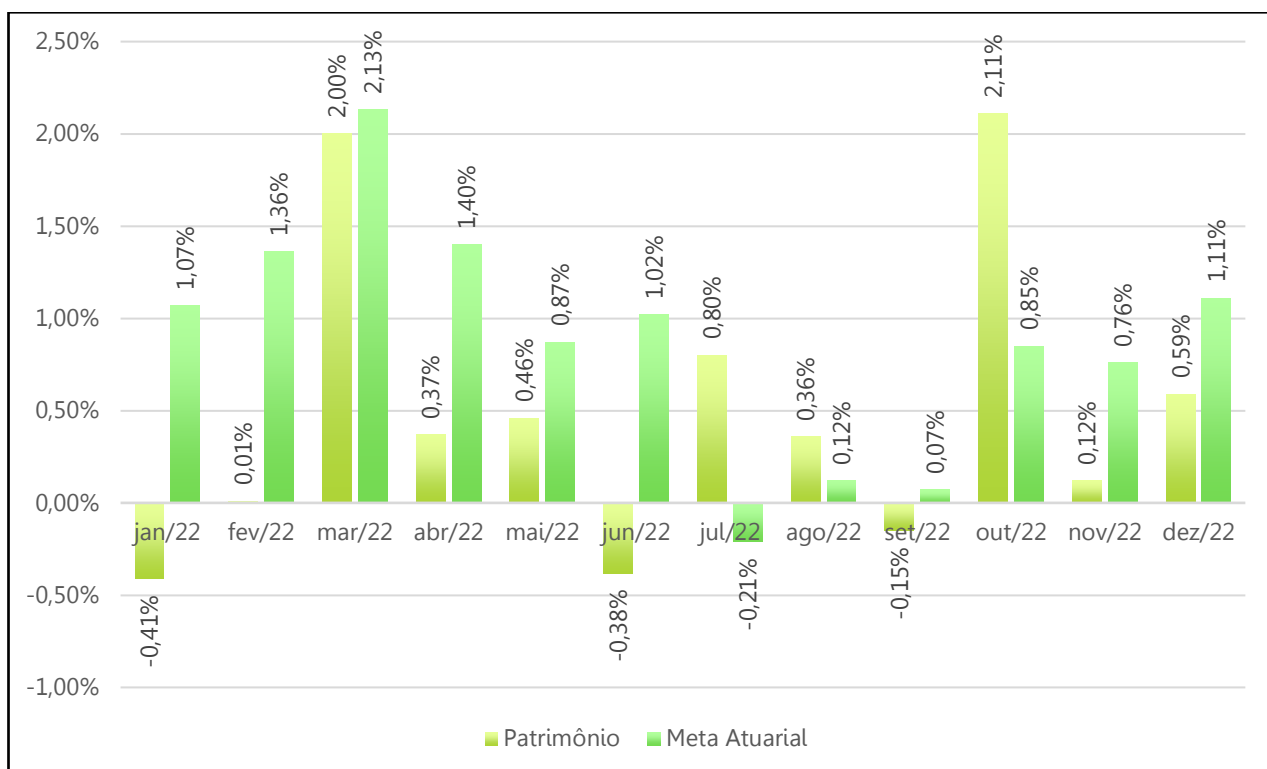
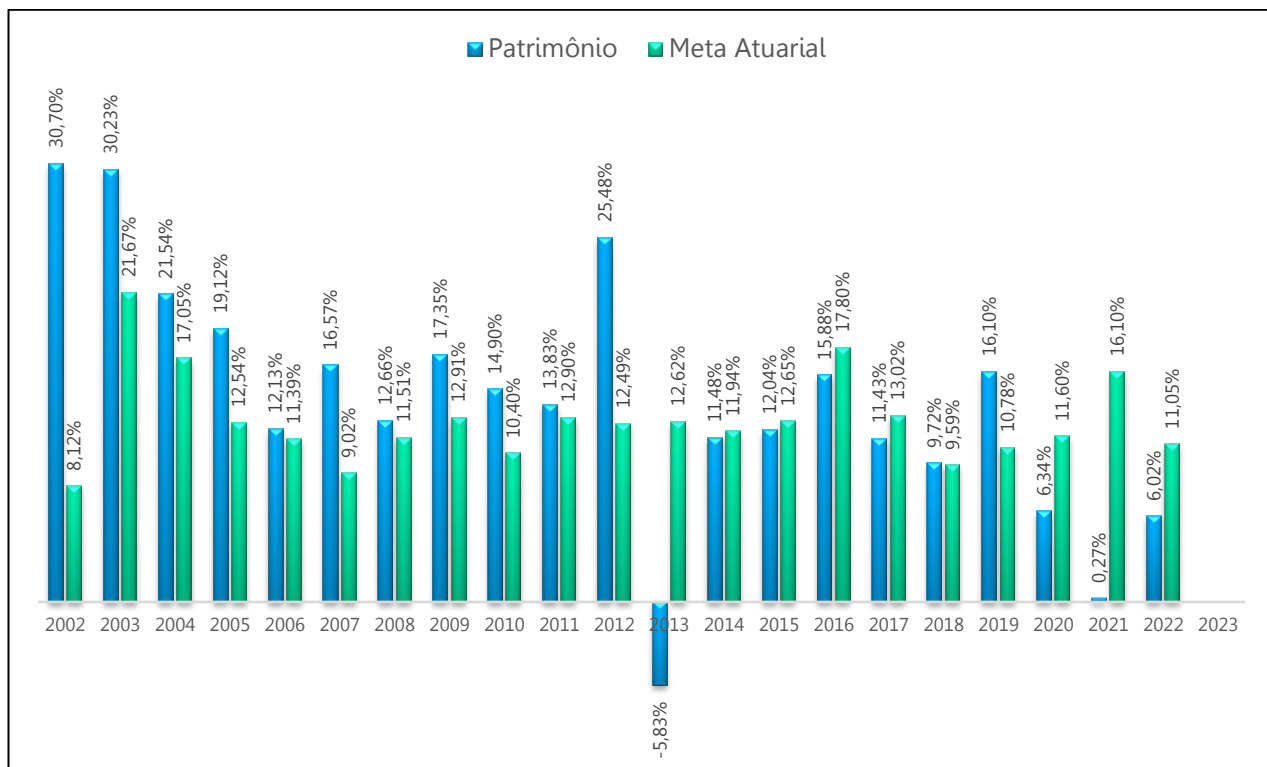


9. – Meta Atuarial

A Portaria MF nº 464/2018, que estabelece as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPSs, determina que a taxa atuarial de juros a ser utilizadas nas Avaliações Atuariais seja o menor percentual dentre o valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos e a taxa de juros parâmetro.

Meta atuarial é a rentabilidade mínima que um **RPPS** precisa auferir para que não haja perdas **atuariais** causadas pelo descasamento entre a hipótese utilizada (taxa de juros atuarial) e a rentabilidade alcançada. Para o exercício de 2023, considerando o resultado da duração o passivo do IPMU a taxa de juros definida é de **4,85% + INPC**.



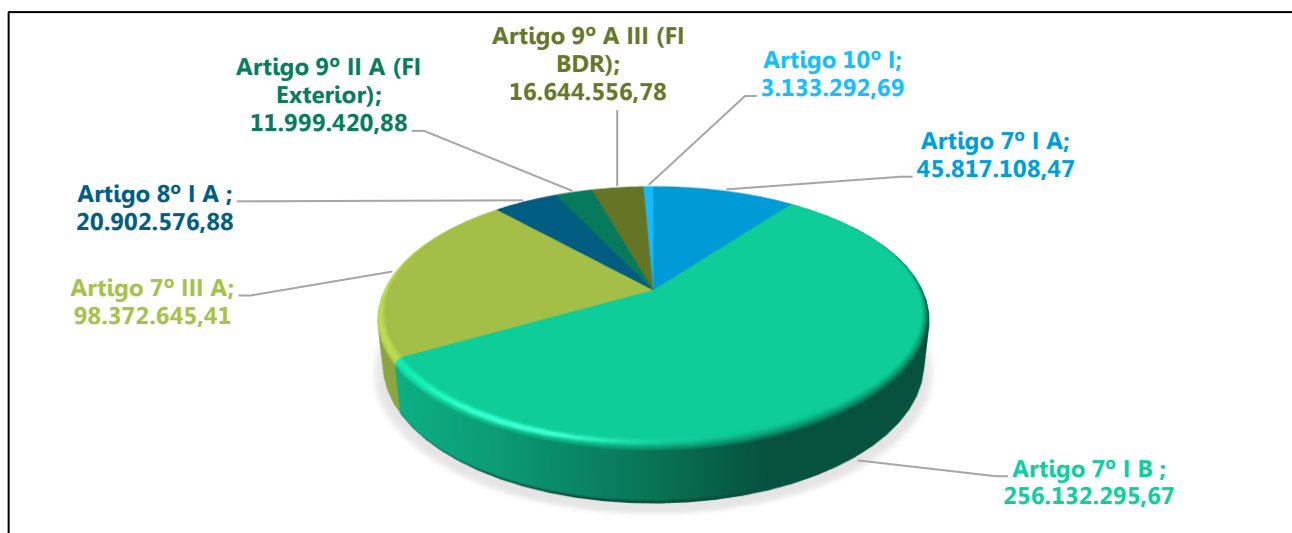
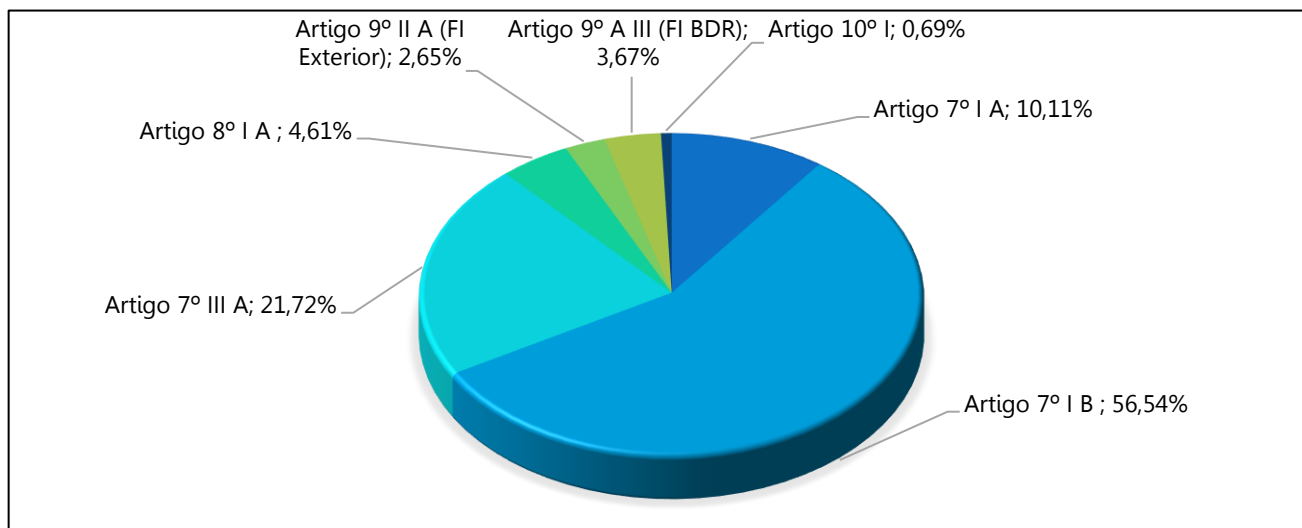


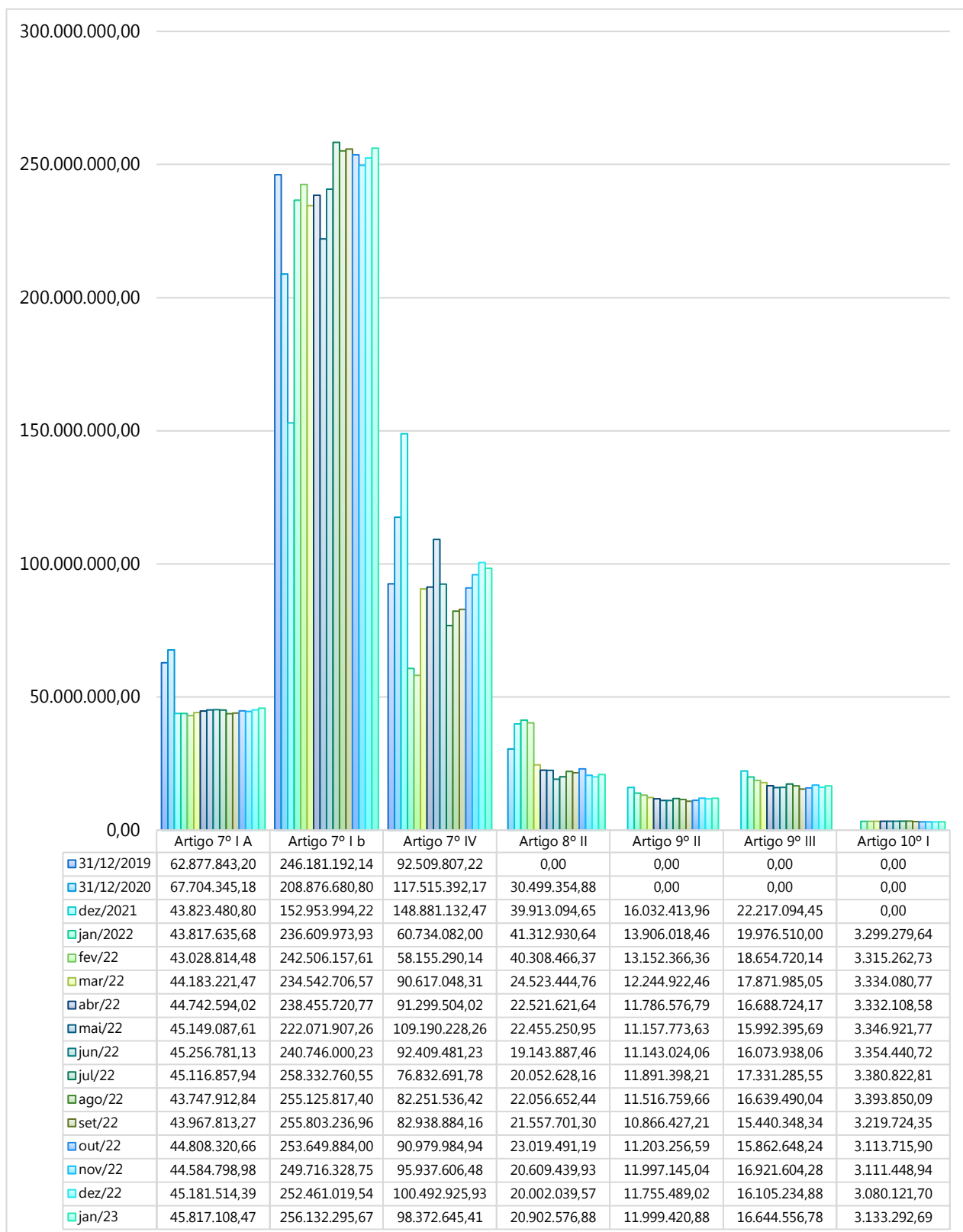
10. – Enquadramento

Com relação ao enquadramento, os recursos do IPMU estão corretamente distribuídos conforme os artigos da Resolução 4963/2021.

Os investimentos também estão distribuídos em atendimento aos limites estabelecidos na Política de Investimentos elaborada pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelo Comitê de Investimentos.

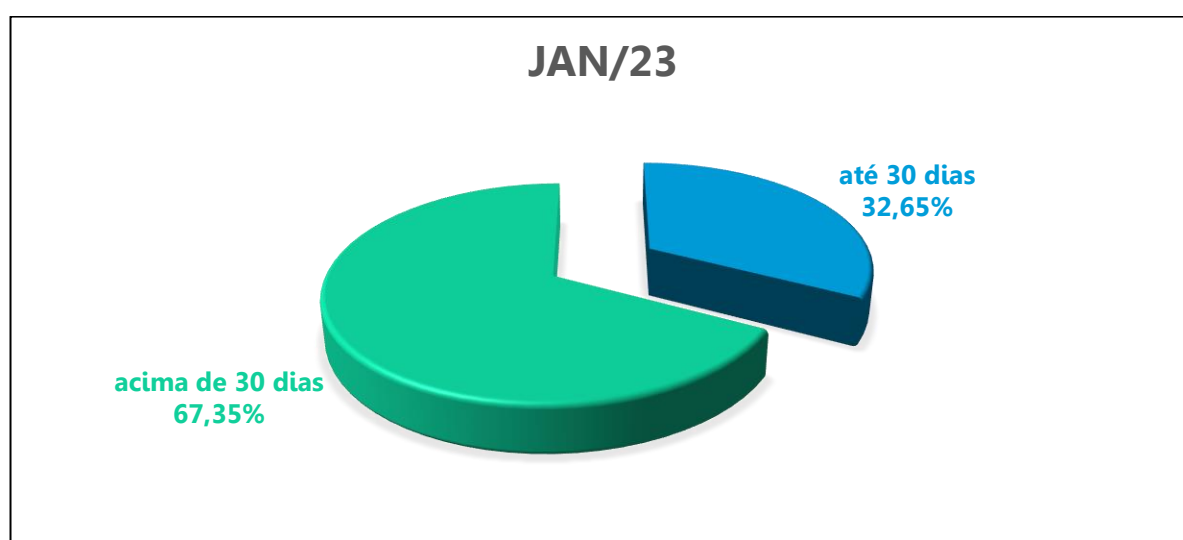
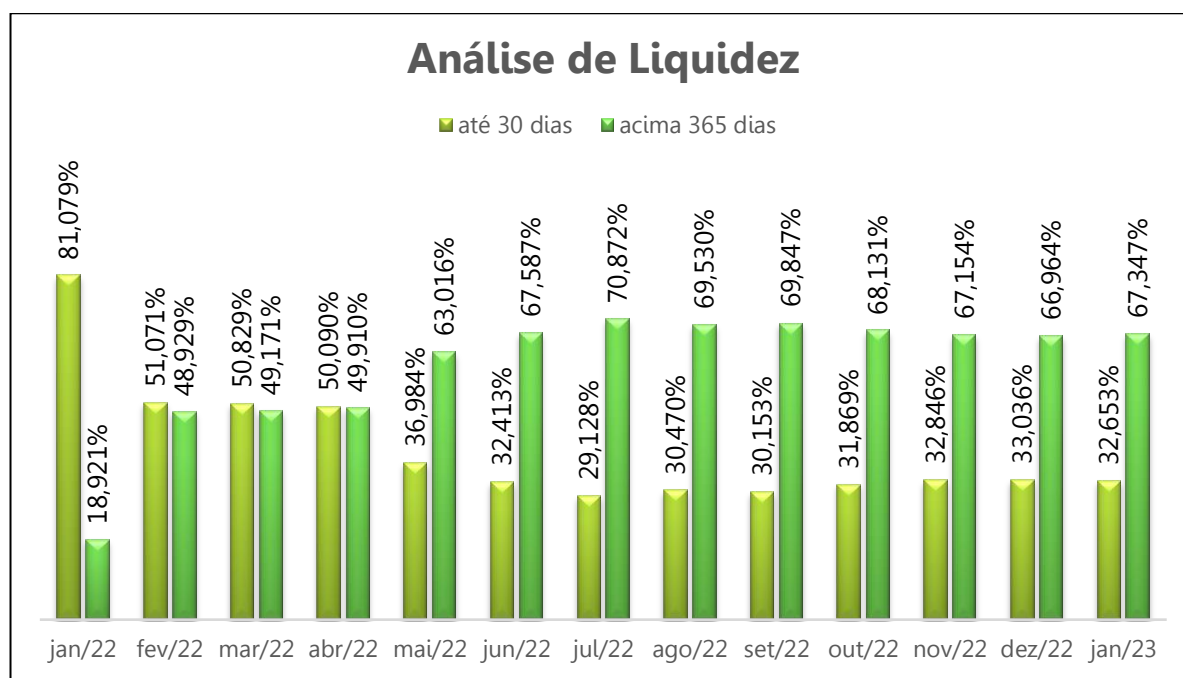
O controle desse risco é feito por meio do acompanhamento dos relatórios de investimentos e a mudança de posição se fará de forma a minimizar perdas de rentabilidade.





11. – Análise de Liquidez

Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. Na realidade, a liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.



12. – Alocação por gestor

Para a diversificação de ativos, a Política de Investimentos para 2022 estabelece que o IPMU deverá manter seus recursos em no mínimo 03 (três) e no máximo 12 (doze) instituições financeiras, devidamente autorizadas a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cujos gestores e administradores figurem entre os 10 (dez) primeiros colocados no ranking da Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital, não ocorrendo limitação de alocação por gestor/administrador.

Os recursos aplicados pelo IPMU distribuem-se entre instituições financeiras objeto de prévio credenciamento, que atendem aos parâmetros traçados pela Resolução CMN nº 3.922/10 e suas atualizações e pela Portaria MPS nº 519/11.

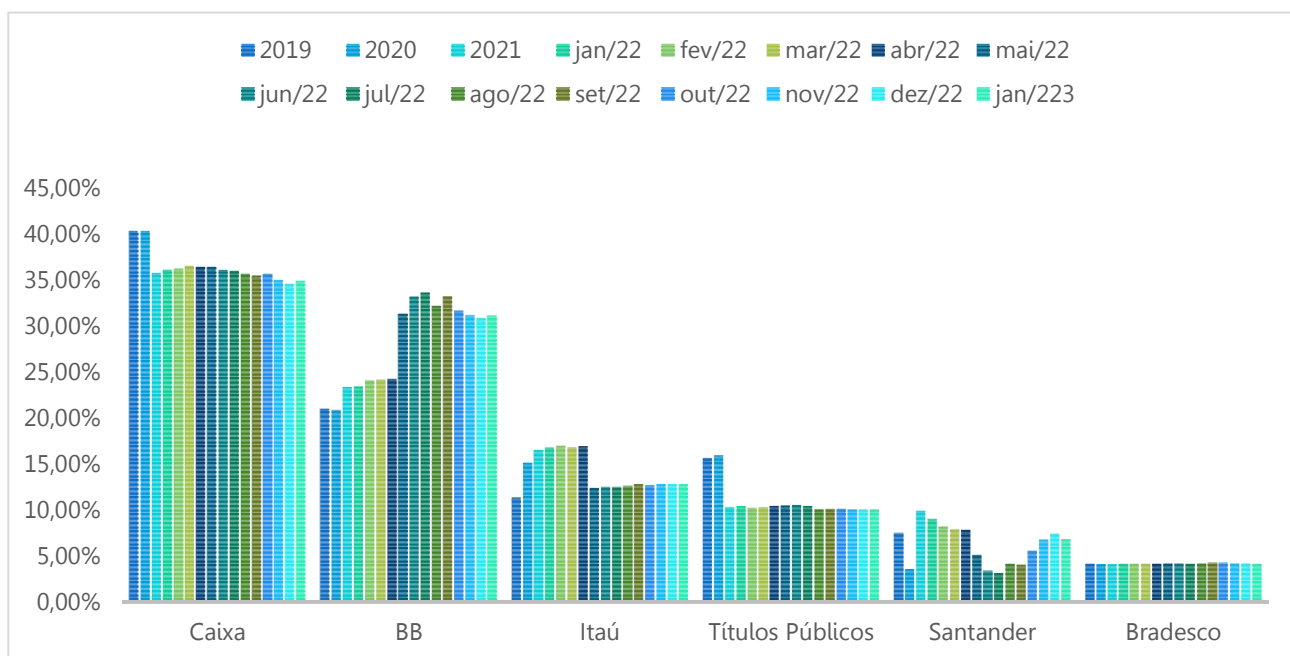
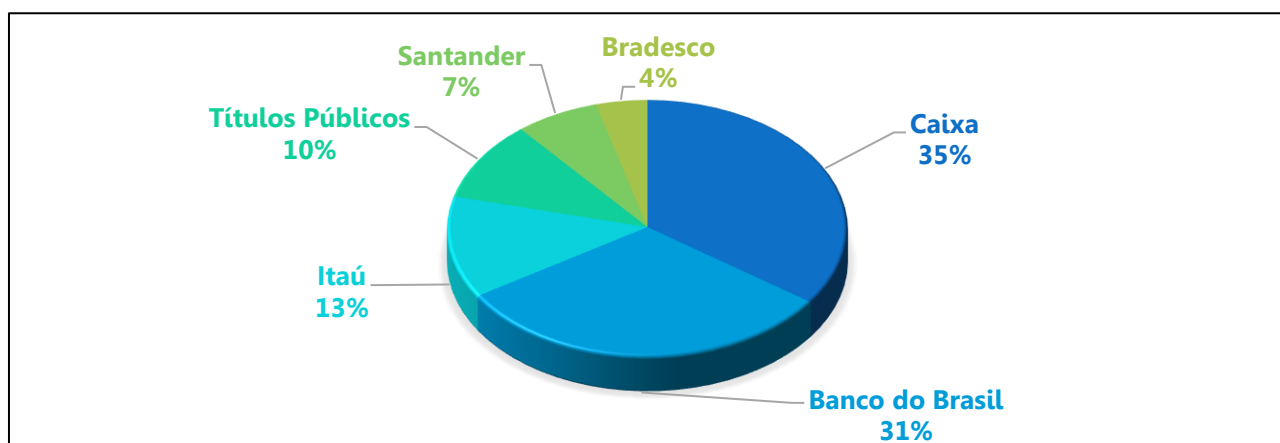
Todas as Instituições Financeiras Credenciadas pelo IPMU estão publicadas no site institucional e podem ser acessadas através do endereço eletrônico:

<https://ipmu.com.br/site/comite-de-investimentos/credenciamento-de-instituicoes-para-investimentos/>

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/administradores.htm

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm

https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/global.htm



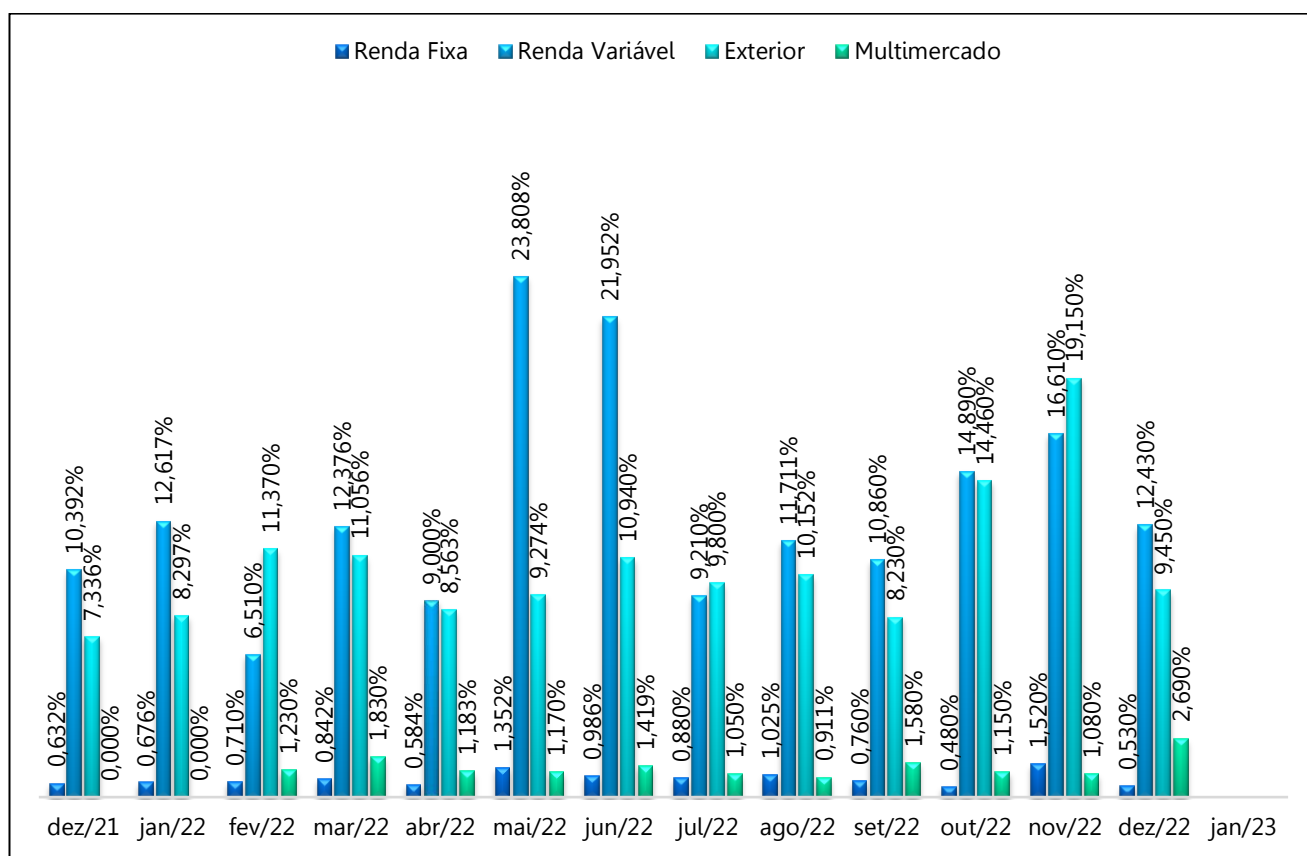
13. – Value at Risk

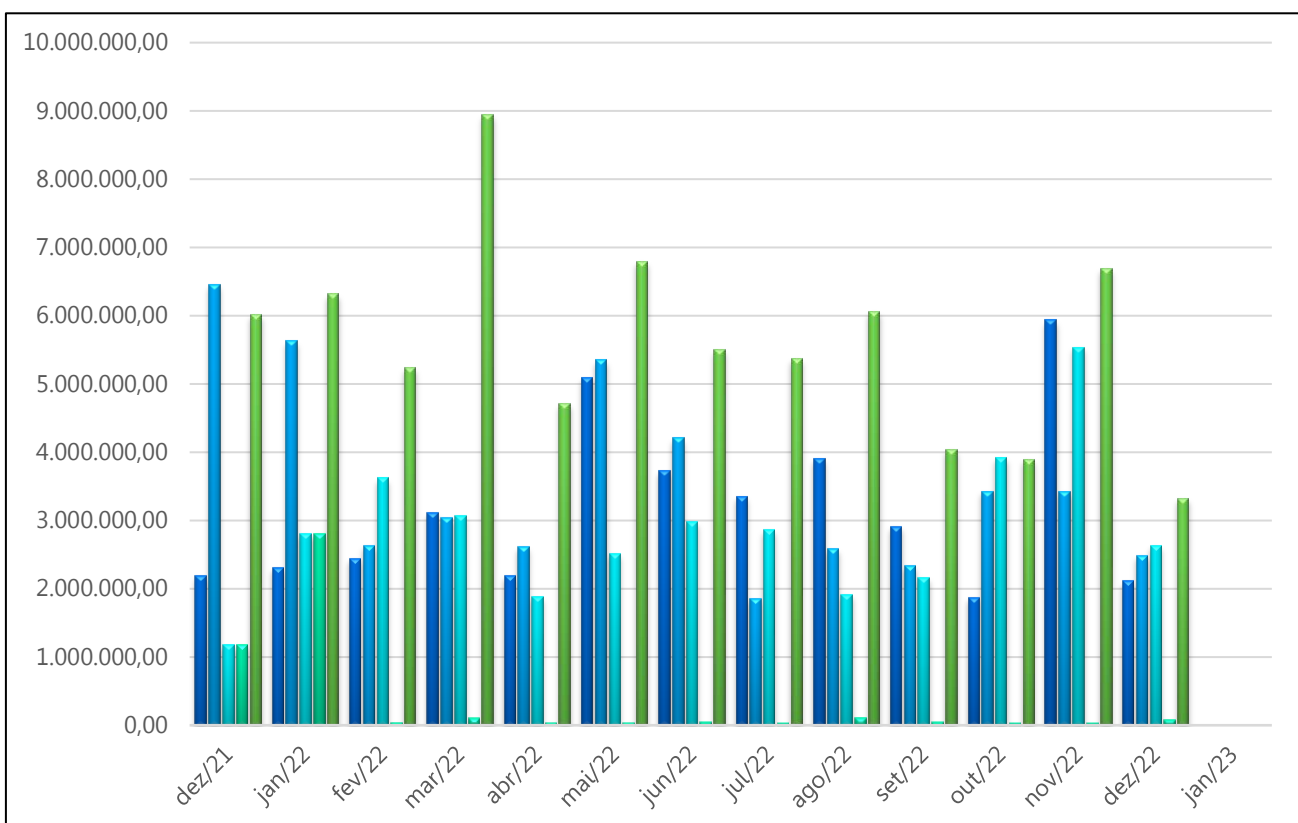
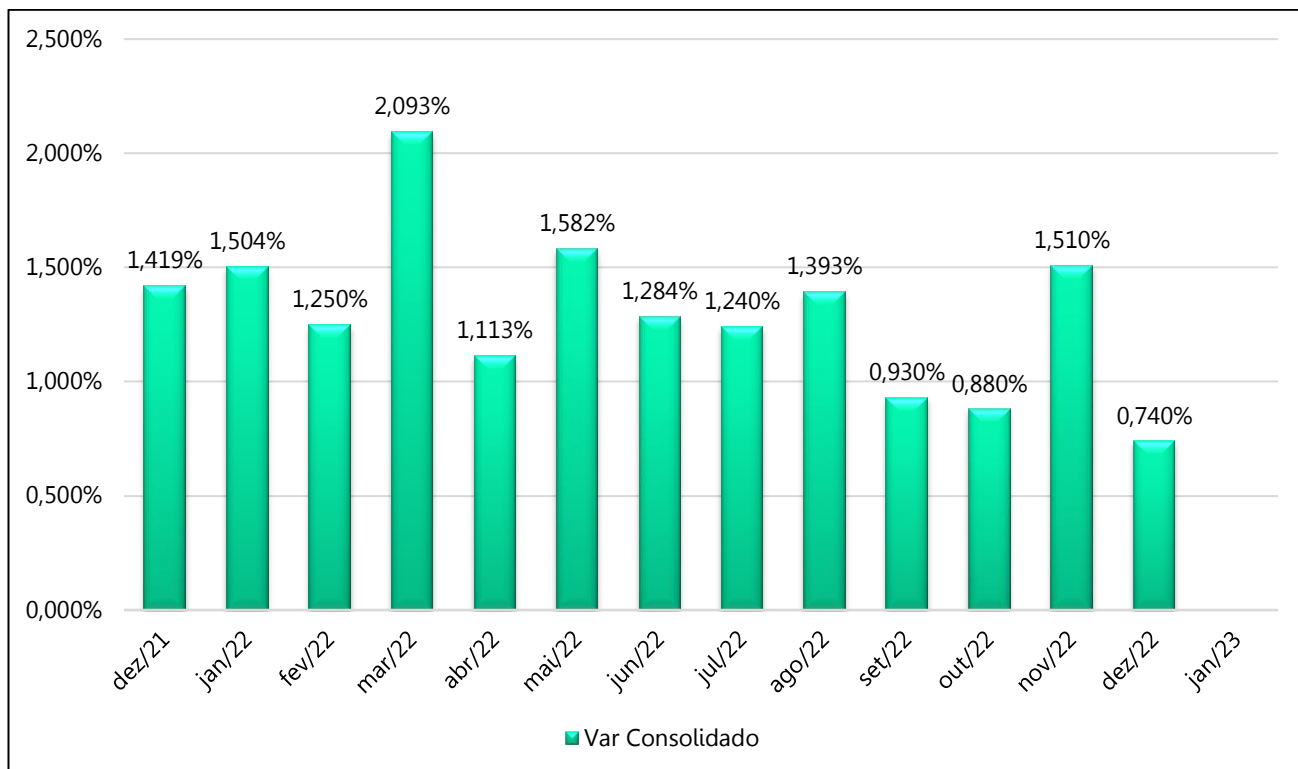
O VaR - Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

Sintetiza a maior perda esperada para a Carteira no intervalo de um dia. Seu cálculo baseia-se na média e no desvio padrão dos retornos diários da Carteira, e supõe que estes seguem uma distribuição normal.

O VaR da carteira de investimentos no segmento de renda fixa e no segmento de renda variável estão em conformidade com as estratégias de risco traçadas na Política de Investimentos – PAI 2021.

O VaR apresentado pela carteira de investimentos do IPMU (quando a análise recai em nos fundos de investimentos de maneira individual) é reflexo das oscilações do mercado, mantendo-se a volatilidade e suas incertezas. Observamos os reflexos da oscilação do mercado, com alguns retornos negativos, tantos nos fundos de renda fixa quanto nos fundos de renda variável. Apesar disso, há um leve otimismo quanto a retomada, podendo proporcionar maior rentabilidade para os investimentos do IPMU.





14. – Índice de Sharpe

O **Índice de Sharpe** é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.

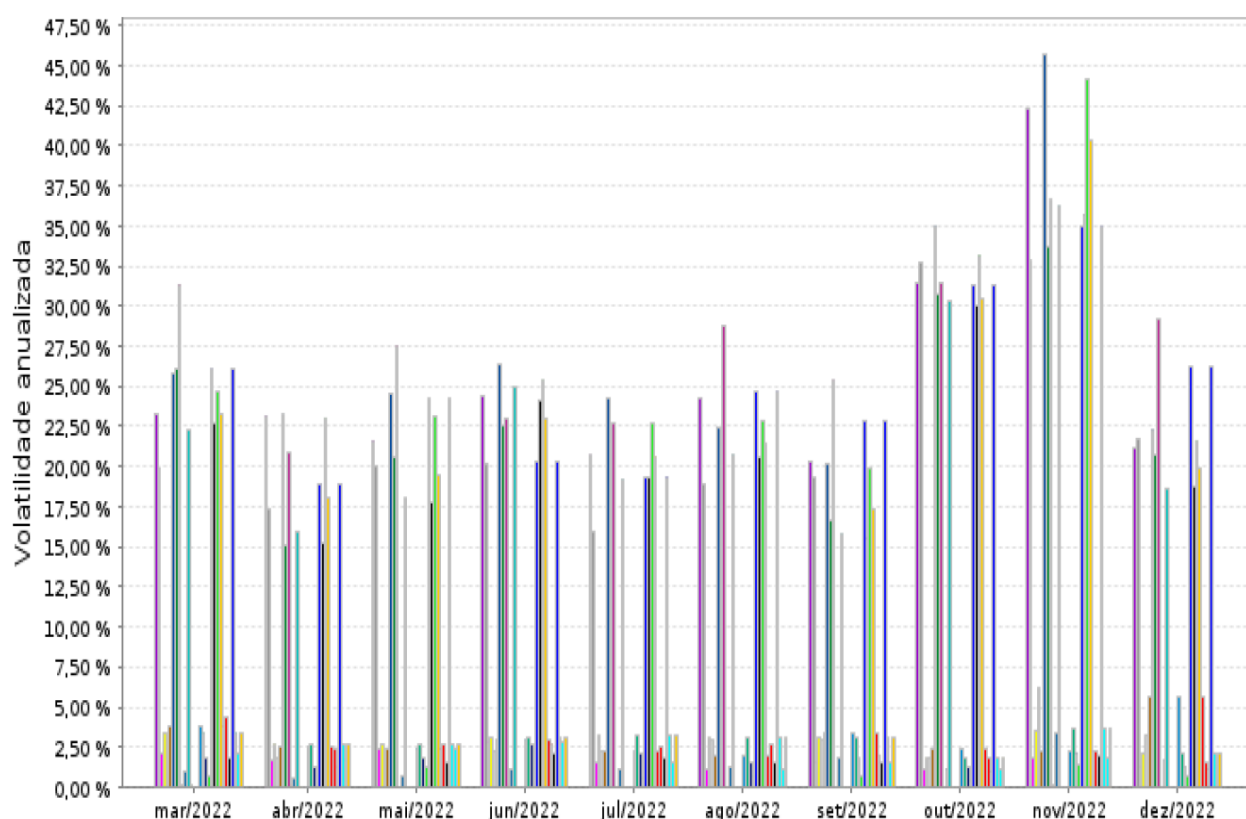
| 30/12/2022 | Retorno no mês | Sharpe - Selic no mês | Retorno no ano | Sharpe - Selic no ano | Saldo Consolidado |
|--|-------------------|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------------|
| 1 - ATIVOS | | | | | |
| BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I | -4,87% | -3,21 | -25,89% | -1,51 | 6.405.632,66 |
| BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES | -2,86% | -2,02 | -10,15% | -0,92 | 7.083.823,76 |
| BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | 0,95% | -1,51 | 11,41% | -0,44 | 74.472.341,41 |
| BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | 1,32% | 1,08 | 0,00% | 0,00 | 50.668.186,01 |
| BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA | 0,73% | -1,39 | 8,75% | -1,17 | 18.937.772,63 |
| CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (44683378000102) | 0,95% | -1,54 | 0,00% | 0,00 | 77.013.290,30 |
| CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO | -1,01% | -4,28 | 0,00% | 0,00 | 3.080.121,70 |
| CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I | -4,79% | -2,98 | -28,54% | -1,55 | 9.699.602,22 |
| CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO | -1,46% | -1,33 | -31,11% | -1,97 | 2.232.731,74 |
| CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES | -2,99% | -1,49 | -15,33% | -0,87 | 12.918.215,81 |
| ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI | 1,13% | 2,98 | 13,13% | 5,24 | 57.416.455,24 |
| NTN-B 760199 20240815 | 1,34% | 1,18 | 9,28% | -0,95 | 45.181.514,39 |
| SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA | 0,88% | -1,63 | 9,28% | -1,90 | 2.963.271,36 |
| SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO | -2,14% | -1,93 | -25,55% | -1,75 | 9.522.757,28 |
| SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI | 1,14% | 18,77 | 12,87% | 4,98 | 21.175.426,70 |
| CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178) | 1,32% | 1,07 | 6,32% | -1,42 | 50.307.201,82 |
| 2 - POR ARTIGO DA 4963 | | | | | 449.078.345,03 |
| art. 10 I - res. 4963_2021 | -1,01% | -4,28 | 0,00% | 0,00 | 3.080.121,70 |
| art. 7 I a - res. 4963_2021 | 1,34% | 1,18 | 9,28% | -0,95 | 45.181.514,39 |
| art. 7 I b - res. 4963_2021 | 1,10% | -0,23 | 9,92% | -1,19 | 252.461.019,54 |
| art. 7 III a - res. 4963_2021 | 1,03% | -1,50 | 11,56% | -0,80 | 100.492.925,93 |
| art. 8 I - res. 4963_2021 | -2,95% | -1,67 | -11,52% | -0,84 | 20.002.039,57 |
| art. 9 II - res. 4963_2021 | -2,01% | -1,83 | -26,68% | -1,83 | 11.755.489,02 |
| art. 9 III - res. 4963_2021 | -4,82% | -3,11 | -27,51% | -1,55 | 16.105.234,88 |
| 3 - POR SEGMENTO | | | | | 449.078.345,03 |
| EXTERIOR - 2022 | -3,66% | -2,69 | -27,16% | -1,73 | 27.860.723,90 |
| MULTIMERCADO - 2022 | -1,01% | -4,28 | 0,00% | 0,00 | 3.080.121,70 |
| RENDA FIXA 2022 | 1,11% | -0,14 | 10,37% | -1,10 | 398.135.459,86 |
| RENDA VARIÁVEL 2022 | -2,95% | -1,67 | -11,52% | -0,84 | 20.002.039,57 |
| 4 - TOTAL | | | | | 449.078.345,03 |
| Portfólio Carteira IPMU 2022 | 0,59% | -3,90 | 6,02% | -2,17 | 449.078.345,03 |

15. – Volatilidade

A **volatilidade** é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade frequência de sua oscilação de preço em um determinado período. Por meio dela, é possível entender o histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.

:: GRÁFICO

Volatilidade mensal anualizada de Mar/2022 a Dez/2022 (mensal)



| Ativo | Retorno | Volatilidade | Mínimo | Máximo |
|--|----------|--------------|---------|---------|
| BB AÇÕES ESG GLOBAIS IS FIC AÇÕES BDR NÍVEL I | -9,18 % | 25,81 % | 20,32 % | 42,26 % |
| BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES | -7,59 % | 22,60 % | 15,90 % | 32,80 % |
| BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | 9,92 % | 1,94 % | 1,12 % | 2,89 % |
| BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO | 8,04 % | 2,94 % | 1,80 % | 3,60 % |
| BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA | 7,82 % | 2,97 % | 1,87 % | 6,20 % |
| CAIXA CAPITAL PROTEGIDO BOLSA DE VALORES IV FIC MULTIMERCADO | -7,10 % | 3,41 % | 1,92 % | 5,67 % |
| CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I | -12,61 % | 27,51 % | 20,12 % | 45,74 % |
| CAIXA MULTIGESTOR GLOBAL EQUITIES INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO | -9,54 % | 23,57 % | 15,13 % | 33,78 % |
| CAIXA SMALL CAPS ATIVO FI AÇÕES | -14,60 % | 28,21 % | 20,87 % | 36,60 % |
| ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI | 11,14 % | 0,12 % | 0,02 % | 0,17 % |
| SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA | 8,19 % | 1,53 % | 0,57 % | 3,33 % |
| SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO | -7,55 % | 22,90 % | 15,79 % | 36,24 % |
| SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI | 11,11 % | 0,07 % | 0,01 % | 0,10 % |
| INPC | 4,24 % | 0,49 % | 0,00 % | 0,00 % |
| Meta Atuarial 2022 - Índice INPC +4,850% | 8,48 % | 0,49 % | 0,00 % | 0,00 % |
| art. 10 I - res. 4963_2021 | -7,10 % | 3,41 % | 1,92 % | 5,67 % |
| art. 7 I a - res. 4963_2021 | 8,25 % | 2,94 % | 1,80 % | 3,61 % |
| art. 7 I b - res. 4963_2021 | 8,71 % | 1,88 % | 1,21 % | 2,67 % |
| art. 7 III a - res. 4963_2021 | 10,36 % | 0,86 % | 0,44 % | 1,35 % |
| art. 8 I - res. 4963_2021 | -12,46 % | 25,46 % | 18,95 % | 34,97 % |
| art. 9 II - res. 4963_2021 | -7,93 % | 22,72 % | 15,29 % | 35,69 % |







| Ativo | Retorno | Volatilidade | Mínimo | Máximo |
|---|----------|--------------|---------|---------|
| art. 9 III - res. 4963_2021 | -11,28 % | 26,59 % | 19,90 % | 44,19 % |
| EXTERIOR - 2022 | -9,90 % | 24,09 % | 17,33 % | 40,32 % |
| MULTIMERCADO - 2022 | -7,10 % | 3,41 % | 1,92 % | 5,67 % |
| Portfólio Carteira IPMU 2022 | 6,72 % | 2,64 % | 1,55 % | 4,41 % |
| RENDA FIXA 2022 | 9,16 % | 1,65 % | 1,01 % | 2,08 % |
| RENDA VARIÁVEL 2022 | -12,46 % | 25,46 % | 18,95 % | 34,97 % |
| NTN-B 760199 20240815 | 8,25 % | 2,94 % | 1,80 % | 3,61 % |
| CAIXA BRASIL 2023 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (44683378000102) | 9,88 % | 1,94 % | 1,12 % | 2,89 % |
| CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA* (20139595000178) | 8,08 % | 2,94 % | 1,80 % | 3,60 % |

16. – Relatório de Verificação de Regularidade

A verificação da regularidade dar-se-á por após consulta ao sítio do Banco Central do Brasil - BACEN, Relação das Instituições Financeiras em Funcionamento Regular no País, Banco Comercial, Múltiplos e Caixa Econômica.

https://www.bcb.gov.br/estabilidade/financeira/relacao_instituicoes_funcionamento

As instituições financeiras investidas, relacionadas encontram-se registradas e em funcionamento regular, conforme dados do Banco Central do Brasil:

-  BANCO DO BRASIL S.A. (CNPJ 00.000.000/0001-91)
-  BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A (CNPJ 30.822.936/0001-69)
-  CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CNPJ 00.360.305/0001-04)
-  BANCO SANTANDER S.A. (CNPJ 90.400.888/0001-42)
-  BANCO BRADESCO S.A (CNPJ 60.746.948/0001-12)
-  ITAÚ UNIBANCO S.A (CNPJ 60.701.190/0001-04)

17.– Relatório de Verificação de Lastro

Consulta ao sítio da CVM – Comissão de Valores Mobiliários: composição das carteiras, comparando-se com os respectivos regulamentos e lâminas registradas. No mês em análise, os lastros referentes aos fundos investidos abaixo, estão de acordo com a composição das carteiras aprovadas em seus regulamentos.

<http://conteudo.cvm.gov.br/menu/regulados/fundos/consultas/fundos.html>
https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=fundoreg



Fundos de Investimento

A consulta aos Fundos de Investimento registrados na CVM pode ser feita por CNPJ ou por parte do nome do fundo. Podem ser obtidas todas as informações públicas dos fundos, tais como o valor diário da cota e do patrimônio líquido, o número de cotistas, valores captados e resgatados. Ainda é possível consultar o Regulamento, o Prospecto, a Lâmina de Informações essenciais, a Composição da carteira, os Fatos Relevantes e os Balançetes de cada Fundo.

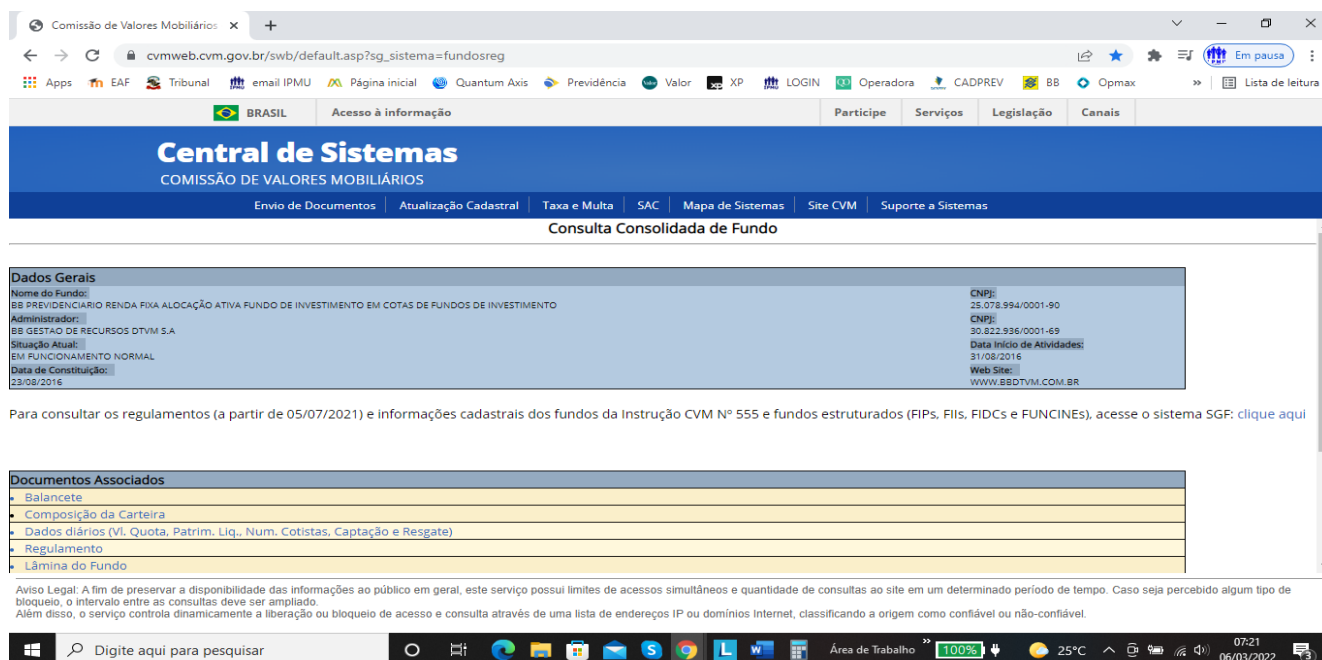
Consulte, através dos ícones abaixo, os Fundos de Investimento registrados na CVM e os cancelados (disponíveis na Central de Sistemas).

FUNDOS DE INVESTIMENTO REGISTRADOS **FUNDOS DE INVESTIMENTO CANCELADOS**

Lembre-se!

O Fundo 157 foi criado pelo Decreto Lei nº 157/67 e se tratava de uma opção dada aos contribuintes de utilizar parte do imposto devido quando da Declaração do Imposto de Renda para adquirir títulos emitidos por empresas nacionais que atendessem a determinados requisitos estabelecidos na legislação.

Somente as pessoas que fizeram Declaração de Imposto de Renda entre os anos-calendário 1967 e 1982 podem ter



Central de Sistemas
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Consulta Consolidada de Fundo

Dados Gerais

| | |
|--|--|
| Nome do Fundo: BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO | CNPJ: 25.078.994/0001-90 |
| Administrador: BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A | CNPJ: 30.822.936/0001-69 |
| Situação Atual: EM FUNCIONAMENTO NORMAL | Data Início de Atividades: 31/08/2016 |
| Data de Constituição: 23/08/2016 | Web Site: WWW.BBDTVM.COM.BR |

Para consultar os regulamentos (a partir de 05/07/2021) e informações cadastrais dos fundos da Instrução CVM N° 555 e fundos estruturados (FIPs, FIs, FIDCs e FUNCINES), acesse o sistema SGI: clique aqui

Documentos Associados

- Balancete
- Composição da Carteira
- Dados diários (Vl. Quota, Patrim. Liq., Num. Cotistas, Captação e Resgate)
- Regulamento
- Lâmina do Fundo

Aviso Legal: A fim de preservar a disponibilidade das informações ao público em geral, este serviço possui limites de acessos simultâneos e quantidade de consultas ao site em um determinado período de tempo. Caso seja percebido algum tipo de bloqueio, o intervalo entre as consultas deve ser ampliado. Além disso, o serviço controla dinamicamente a liberação ou bloqueio de acesso e consulta através de uma lista de endereços IP ou domínios Internet, classificando a origem como confiável ou não-confiável.

18.– Deliberação Comitê de Investimentos

O **Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU se reúne ordinariamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que se faz necessário para tomada de deliberações que sejam urgentes e prementes, com todo cuidado para não negligenciar sua atuação. Dessa forma, as principais deliberações estão descritas nas Atas e Relatórios Gerenciais dispostas no Portal do IPMU: www.ipmu.com.br.

<https://ipmu.com.br/site/transparencia/atas/investimentos/>
<https://ipmu.com.br/site/financeiro/demonstrativo-financeiro/>

19.– Resgate e Aplicação

As “Aplicações” e os “Resgates” durante o mês foram realizadas em função das deliberações colegiadas tomadas pela governança a fim de proporcionar os ajustes necessários ao momento que atravessamos, bem como para efetuar os pagamentos dos segurados: aposentados, pensionistas, pessoal ativo do instituto e demais obrigações da gestão previdenciária.

As movimentações são detalhadas, por data, fundo e tipo de movimentação, por meio do Formulário legal denominado de: “Autorizações de Aplicação e Resgate – APR” dispostas no Portal do IPMU.

As APRs estão também registradas no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social do Ministério da Economia – ME / SPREV, onde estão disponibilizados os Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR-CADPREV.

<https://ipmu.com.br/site/financeiro/apr/>

20.– Conclusão

Este **Relatório Financeiro** tem como objetivo apresentar a evolução patrimonial e os principais aspectos dos investimentos dos recursos financeiros do IPMU (rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos), em consonância com a legislação em vigor e a transparência da gestão. A estratégia de investimentos adotada pelos responsáveis pela gestão dos recursos financeiros do IPMU tem como ponto central o respeito às condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos ativos financeiros a serem escolhidos mediante avaliações criteriosas, tanto quantitativas quanto qualitativas. O presente Relatório inicia-se por uma breve abordagem acerca do cenário econômico nacional e internacional e segue com o detalhamento da composição da carteira de investimentos do IPMU por classe de ativos, passando pela análise dos indicadores de desempenho e risco.

Em seguida, apresenta-se a relação analítica dos ativos e os dados referentes ao gerenciamento de riscos, dentre eles a volatilidade, o retorno mensal e a liquidez da carteira, além da aderência à Política de Investimentos. Acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do IPMU e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos.

O relatório contém seus respectivos valores registrados pela Contabilidade. Foram analisadas a legalidade e a conformidade com a Política de Investimentos – PAI 2023, refletindo as movimentações financeiras que atenderam aos requisitos legais e que atende às necessidades da gestão dos investimentos.

O IPMU busca rentabilidade ainda que moderada, sem expor o patrimônio a maiores riscos. Consequentemente, os recursos estão alocados em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável de grau de risco “muito baixo/baixo/médio”. Carteira de investimentos com perfil “Moderado” com “Tendência Conservadora” busca manter a maior parte dos investimentos em fundos que tendem a ter retornos positivos, direcionando um percentual para aplicação em fundos com mais riscos que tendem a ter maiores retornos, na busca de cumprir a Meta Atuarial (equilíbrio atuarial e financeiro) para assegurar o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão.

A **Carteira de Investimentos** do IPMU, que reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pelos membros do Conselho Fiscal.

O IPMU mantém seus investimentos de acordo com a Política de Investimentos-2023, com aplicações de acordo com a Resolução 4963/2021 e seus enquadramentos em fundos de investimentos de renda fixa, renda variável e investimento no exterior, com Perfil Moderado/Conservador, optando por mais segurança, com baixo risco de crédito, com maior objetivo de vencer a crise do coronavírus, mantendo os recursos do IPMU com maior segurança.

As **alocações dos recursos do IPMU** encontram-se em sintonia com as melhores práticas de gestão financeira do mercado para este segmento, considerando que a performance geral da autarquia acompanhou o desempenho do mercado financeiro, diversificada em 15 (quinze) fundos de investimentos e 01 (uma) carteira de Títulos Públicos com vencimento para 2024. A diversificação busca evitar que a rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco, com estratégias em diferentes indexadores para proporcionar o equilíbrio necessário à segurança, liquidez, reduzindo o risco consolidado nos investimentos.

Os dados publicados em dezembro sinalizavam ampliar a exposição em investimentos em renda fixa pós-fixada, manutenção da exposição em renda variável nacional e no exterior e redução da exposição em renda fixa prefixada e de juros reais.

No encerramento do mês a carteira de investimento do IPMU estava distribuída em 73,81% em renda fixa, 8,41% em renda variável, 4,95% em investimentos no exterior e 12,83% em investimentos estruturados, proporções que denotam uma carteira conservadora, em linha com o cenário econômico e as obrigações do Instituto.

As aplicações financeiras estavam totalmente enquadradas nos limites segmentares determinados na Resolução CMN n. 4.963/2021 para os RPPS, bem como os determinados na Política de Investimentos para o exercício de 2023.

Ao final do mês, a posição do patrimônio dentre os ativos se mostrava diversificada em 16 fundos de investimentos e títulos públicos, sendo a maior aplicação em um mesmo fundo de **investimento (ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI) igual** a 10,16% do total das aplicações do IPSM, abaixo do limite máximo de 20% determinado no art. 18 da Resolução CMN n. 4.963/2021.

Todos os fundos de investimentos estavam enquadrados no limite da proporção de participação do Instituto sobre o patrimônio líquido do fundo. O art. 19 da Resolução CMN n. 4.963/2021 determina que o total das aplicações do regime próprio de previdência em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 15% do patrimônio líquido do fundo, subordinando os fundos de renda fixa de crédito privado ao limite de 5% e dispensando do cumprimento do limite os fundos de investimentos que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.

O monitoramento dos indicadores de risco dos fundos que compunham a carteira de investimentos do IPMU em 31/01/2023 estavam adequados às classes de ativos nos quais investiam. O retorno do patrimônio no mês foi de **R\$ 5.117.146,61**, o que representa uma rentabilidade no mês de **0,28%**, destacando-se negativamente os investimentos estruturados (-1,33%), os investimentos no exterior (-0,87%) e as rendas variáveis (-2,85%), e positivamente as rendas fixas (1,03%).

Ao final do mês, a posição do patrimônio dentre os gestores se mostrava adequadamente diversificada em 05 gestores, sendo os gestores mais concentrados compostos exclusivamente de instituições financeiras integrantes dos conglomerados financeiros enquadrados no segmento de maior regulação prudencial pelo Banco Central naquela data.

Os **riscos da carteira de investimentos do IPMU** permanecem elevados na medida em que segue o cenário de fortes oscilações das cotações das ações e dos preços dos ativos de emissores públicos e privados. No tocante ao risco de crédito na medida em que há uma concentração dos recursos investidos em fundos com carteiras formadas exclusivamente por títulos públicos federais, podemos afirmar que este fator de risco foi bem gerenciado.

Estratégia de Investimentos:

Em janeiro, não houve decisões acerca de realocações. Em **renda fixa**, reforço no posicionamento de exposição positiva em ativos indexados à inflação e curto prazo (fundos atrelados à taxa DI), buscando capturar as oportunidades de prêmio na curva de juros. Para **Renda Variável**, continuar acompanhando o mercado, sem movimentação, considerando a volatilidade nos últimos meses, em consequência, desvalorização dos fundos. Em **Investimento no exterior**, manutenção da exposição em Fundo Ações BDR Nível I sem novos aportes, diante da grande volatilidade desde o início de 2022.

Ubatuba, 10 de fevereiro de 2023

Sirleide da Silva
Presidente do Instituto de Previdência
Municipal de Ubatuba

Fernando Augusto Matsumoto
Diretor Financeiro do Instituto de
Previdência Municipal de Ubatuba

Wellington Diniz
Controle Interno